

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS**

ELORA OLIVEIRA DE OLIVEIRA

**NA BARRIGA DA MISÉRIA, NASCI BRASILEIRO: a fome servida à mesa das
usuárias do CRAS Centro – Pelotas / RS**

PELOTAS

2022

ELORA OLIVEIRA DE OLIVEIRA

**NA BARRIGA DA MISÉRIA, NASCI BRASILEIRO: a fome servida à mesa das
usuárias do CRAS Centro – Pelotas / RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (PPGPSDH/UCPel) como parte das exigências para obtenção do título de Mestra. Linha de Pesquisa: Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristine Jaques Ribeiro.

PELOTAS

2022

Ficha Catalográfica

O46n Oliveira, Elora Oliveira de
Na barriga da miséria, eu nasci brasileiro: a fome servida à mesa das usuárias do CRAS Centro - Pelotas/RS. / Elora Oliveira de Oliveira. – Pelotas: UCPEL, 2022.
102 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas, BR-RS, 2022.

Orientadora: Cristine Jaques Ribeiro.

1. Fome. 2. Serviço social. 3. Políticas Públicas. I. Ribeiro, Cristine Jaques. II. Título.

CDD 360

**NA BARRIGA DA MISÉRIA, NASCI BRASILEIRO: a fome servida à mesa das
usuárias do CRAS Centro – Pelotas / RS**

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Cristine Jaques Ribeiro – Orientadora (PPGPSDH – UCPel)

Profª Drª Jaqueline Carvalho Quadrado (PPGPP – UNIPAMPA)

Prof Dr Tiago de Garcia Nunes (PPGPSDH – UCPel)

AGRADECIMENTOS

A jornada do mestrado foi, ao menos, desafiadora. Estive confrontando inúmeros conflitos internos e externos, concernentes ao curso ou não. A rotina de estudos é intensa – nós, que viemos de ensino básico, não fomos preparados pra Pós Graduação. Dito isso, encho o peito de orgulho ao iniciar os agradecimentos da minha Dissertação de Mestrado, construída a muitas mãos.

A todas aquelas que me antecederam. Minha mãe Oxum me trouxe do ventre de minha mãe carnal até aqui. Todos os meus agradecimentos e preces são à Ela, que é dona do meu coração sensível, e também da perseverança nos sonhos e planos do meu Orí. Nunca me deixou cair, sempre me trouxe a fartura e o amor. Orayeyeô, doce mãezinha.

Aos meus pais: os melhores desse mundo. Não puderam se graduar, mas fizeram o impossível para que eu chegasse até aqui – onde eu, claro, nunca imaginei chegar; mas eles imaginaram. E aqui estamos. Mestres! À minha mãe que é auxiliar de professora, trabalha em condições precarizadas, tem salário cortado, é submetida às inúmeras humilhações que o Estado submete ao professor, ela que começou minha coleção de Paulo Freire com o brilho nos olhos mais sinceros que eu já vi. Ao meu pai, caminhoneiro, que acorda às cinco da manhã pra puxar fila, já passou fome – essa, que a gente vai falar nas próximas páginas – é o meu orgulho. Eu amo vocês de uma maneira que nem consigo descrever. São o meu alicerce nesse mundo, a certeza de um lugar seguro pra voltar.

À minha noiva, a mulher mais linda que eu já conheci. Ela, que é cor nos meus dias mais nublados, que é colo pra minha dor, que é aconchego pra todas as minhas personalidades e manias. Chegamos ao final desse ano, meu amor! Concluimos o mestrado e a tua graduação! A maior alegria da vida é poder ver o teu sorriso ao fim do dia, te abraçar bem forte e ter a certeza que vou dormir no teu colo (os dias de plantão são difíceis de dormir – mesmo com a conchinha de nossas gatinhas Olga e Ophelia). Sonho com a longevidade desse amor revolucionário, sincero e bonito que a gente divide. Obrigada, por dividir comigo tudo que temos vivido nesses quase três anos. Das dores aos amores, sou tua! Imensa e eternamente tua e quero carregar as

bagagens da vida todas ao teu lado. És a minha pessoa favorita no mundo e os poemas mais lindos são pouco pra te venerar.

À minha terapeuta! Figura essencial na construção desse trabalho. Através dela, suportei o dia a dia, as incertezas, as angústias, processei os lutos e retomei várias das minhas amorosidades, mas a principal: comigo mesma. Graças a Ana, voltei a acreditar que eu seria capaz de vencer as minhas batalhas, de valorizar a minha vida e entender que, se for de nossa escolha, sempre haverá um novo pôr do sol a ser visto.

À minha orientadora Dr^a Cristine Jaques Ribeiro que foi a melhor escolha que fiz nesses dois anos de Mestrado. Foi minha fonte de inspiração nos dias mais difíceis, sempre tinha na ponta da língua o que eu precisava ouvir, foi meu ombro amigo em diversas situações adversas e com uma amorosidade não comumente encontrada nas Academias. A experiência profissional é outra quando orientada pela sua presença. O Serviço Social tem outro significado na prática, pra mim, por ela. Obrigada, Cris, por trazer amorosidade e humanidade pra minha vida, por me inspirar a ser tanto sempre e sempre mais! Freire, se tivesse te conhecido, teria orgulho de ti e tudo que proporcionas àqueles que passam debaixo de tuas asas. Chegamos, com o sonhado tema!

Ao prof. Dr César Augusto Soares da Costa que foi o maior incentivador para que eu prestasse o processo seletivo de 2020, além de ter sido o meu grande parceiro da graduação, quem me inseriu na Iniciação Científica – meus primeiros passos enquanto cientista. Obrigada!

Ao Grupo de Estudos Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório de Conflitos da Cidade, por ser um lugar de debate, de multidisciplinaridade, de afeto, de conhecimento e de partilha. Em dois anos, participamos e organizamos conferências, minicursos, participamos da luta social – que acontece nas ruas e que foi essencial para a vitória que comemoramos nas urnas. Nós somos a história em movimento!

Aos meus amigos, em especial à Jhenyfer, minha amiga há 22 anos, que esteve comigo em todos os momentos da minha vida: obrigada! Por ter sido minha alma gêmea desde que nos conhecemos, de não ter largado minha mão nunca, de ser a melhor amiga que eu pude ter desde sempre. Essa conquista é nossa! Obrigada

por me dar a bênção de ser madrinha do teu filho, nosso Anthony – carinhosamente apelidado de Anthony na moranga. Amo vocês, demais.

À Marina, minha companheira de graduação e pós – pois discutiu comigo o que muitos colegas omitiram. Esteve presente em inúmeros momentos comigo, me incentivou, me abraçou, me acolheu, me ouviu e também me aconselhou, obrigada. Por fazer parte da minha vida, desde aquela época, por dividir uma quantidade enorme de lembranças naquela árvore, com os nossos amigos, do nosso melhor tempo. Foi tudo incrível, e porque estávamos juntas.

À Larissa Brito, minha irmã de mestrado, com quem dividi a maioria dos momentos da Pós Graduação – obrigada! Chegamos! E foi lindo o caminho que trilhamos, ein? Entrando em contato com a população vulnerabilizada, conversando com quem construía uma proposta que ia em contrapartida ao problema, retornamos às atividades presenciais, organizamos e participamos de vários eventos... Construimos uma linda amizade até aqui! Dividimos uma ideia de mundo, e sou grata por te termos essa irmandade.

Por fim, e não menos importante, à CAPES que concedeu a bolsa – fundamental para que eu pudesse concluir a Pós Graduação. Concluo na esperança de que os investimentos em educação sejam alavancados, para que muitas outras mulheres vindas da periferia possam acessar esses lugares. Minha perspectiva de vida e minha visão de quem eu sou mudou graças à Universidade, e é importante lembrar que a luta para que essas oportunidades se alarguem é contínua.

À minha banca, escolhida com carinho, que me acompanha há um bom tempo – meus sinceros agradecimentos. É um prazer dividir as nuances da teoria com vocês e serei honrada por ter seus nomes, eternamente, marcados em meu processo. Espero que o resultado lhes agrade.

A todos do CRAS, pelo acolhimento, pela sinceridade, pela troca. Às usuárias que me introduziram em suas vidas, expondo muitas feridas, para que eu pudesse escrever sobre elas. Não é uma tarefa fácil se abrir pra alguém, principalmente quando o assunto é dolorido – e é demais. Que estejam contempladas e que façamos jus de suas histórias!

Por fim, a todes que lerão.

Eu procurei entender
qual a receita da fome,
quais são seus ingredientes,
a origem do seu nome.
Entender também por que
falta tanto o “de comê”,
se todo mundo é igual,
chega a dar um calafrio
saber que o prato vazio
é o prato principal.

Do que é que a fome é feita
se não tem gosto nem cor
não cheira nem fede a nada
e o nada é seu sabor.
Qual o endereço dela,
se ela tá lá na favela
ou nas brenhas do sertão?
É companheira da morte
mesmo assim não é mais forte
que um pedaço de pão.

Que rainha estranha é essa
que só reina na miséria,
que entra em milhões de lares
sem sorrir, com a cara séria,
que provoca dor e medo
e sem encostar um dedo
causa em nós tantas feridas.
A maior ladra do mundo
que nesse exato segundo
roubou mais algumas vidas.

Continuei sem saber
do que é que a fome é feita,
mas vi que a desigualdade
deixa ela satisfeita.

Foi aí que eu percebi:
por isso que eu não a vi
olhei pro lugar errado
ela tá em outro canto
entendi que a dor e o pranto
eram só seu resultado.

Achei seus ingredientes
na origem da receita,
no egoísmo do homem,
na partilha que é malfeita.
E mexendo um caldeirão
eu vi a corrupção
cozinhando a tal da fome,
temperando com vaidade,
misturando com maldade
pro pobre que lhe consome.

Acrescentou na receita
notas superfaturadas,
um quilo de desemprego,
trinta verbas desviadas,
rebolou no caldeirão
vinte gramas de inflação
e trinta escolas fechadas.
Sendo assim, se a fome é feita
de tudo que é do mal,
é consertando a origem
que a gente muda o final.

Fiz uma conta, ligeiro:
se juntar todo o dinheiro
dessa tal corrupção,
mata a fome em todo canto
e ainda sobra outro tanto
pra saúde e educação.

Bráulio Bessa, Poesia que transforma

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo problematizar e conhecer os processos históricos da fome e correlacionar com o Serviço Social enquanto profissão interventiva, no território do CRAS Centro da cidade de Pelotas/RS. Após o golpe de 2016, o Brasil vive um declínio de direitos sociais, alicerçado nos cortes de verbas para políticas públicas que visassem as melhorias na condição de vida das pessoas em extrema pobreza. Nos últimos dois anos de pandemia, foram divulgados dados nacionais, como os da Rede Penssan e os do IBGE, quantificando e denunciando o aumento massivo das situações de fome no Brasil, chegando ao triste número de 33,1 milhões de pessoas em situação de fome extrema. Com pesquisa empírica, corroboramos com a teoria de Josué de Castro e a dura realidade vivenciada por Carolina Maria de Jesus, de que existem situações graves de insegurança alimentar no território pesquisado, ou seja, nos deparamos com a realidade da fome materializada na vida do nosso povo. Mas também encontramos ações solidárias de resistências coletivas que iam de encontro ao problema. Para além da quantificação, a vida, que resiste e se renova, deu corpo, voz e rosto ao trabalho. São cinco vidas pulsantes em palavras, que traduzem o quão triste e contrário à própria vida não ter o que comer. O Serviço Social, por sua vez, é uma profissão de cunho interventivo que trabalha com a questão social, inserindo os usuários em condição de vulnerabilização em programas e projetos, objetivando a emancipação dos seus assistidos. Porém, por lidar com direitos sociais, a categoria se encontra em eterna luta por políticas públicas, tendo pouca autonomia de intervenção. A síntese, obtida através da pesquisa bibliográfica e empírica, confirma o pressuposto de fome no território e levanta críticas à precarização do trabalho, sofrida pela trabalhadora de Serviço Social.

Palavras-chave: Fome; Serviço Social; Políticas Públicas.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo problematizar y comprender los procesos históricos del hambre y correlacionarlo con el Trabajo Social como profesión intervencionista, en el territorio del CRAS Centro en la ciudad de Pelotas/RS. Después del golpe de Estado de 2016, Brasil está experimentando una disminución de los derechos sociales, a partir de recortes presupuestarios para políticas públicas destinadas a mejorar las condiciones de vida de las personas en extrema pobreza. En los dos últimos años de la pandemia, se divulgaron datos nacionales, como los de la Red Penssan y los del IBGE, cuantificando y denunciando el aumento masivo de las situaciones de hambre en Brasil, alcanzando la triste cifra de 33,1 millones de personas en situación de hambre extrema. Con la investigación empírica corroboramos la teoría de Josué de Castro y la dura realidad vivida por Carolina María de Jesús, que existen situaciones graves de inseguridad alimentaria en el territorio investigado, es decir, nos encontramos ante la realidad del hambre materializada en la vida de nuestra gente pero también encontramos acciones solidarias de resistencia colectiva que iban en contra del problema. Más allá de la cuantificación, la vida, que resiste y se renueva, dio cuerpo, voz y rostro a la obra. Son cinco vidas palpitantes en palabras, que traducen lo triste y contrario a la vida misma que es no tener para comer. El Trabajo Social, a su vez, es una profesión de carácter intervencionista que trabaja con la cuestión social, insertando usuarios en condiciones de vulnerabilidad en programas y proyectos, visando la emancipación de los asistidos. Sin embargo, al tratarse de derechos sociales, la categoría se encuentra en una eterna lucha por las políticas públicas, teniendo poca autonomía de intervención. La síntesis, obtenida a través de la investigación bibliográfica y empírica, confirma el supuesto del hambre en el territorio y plantea críticas a la precariedad laboral que sufre el trabajador del Servicio Social.

Palabras-clave: Hambriento; Servicio Social; Políticas Públicas.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CF	Constituição Federal
CONSEA	Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MST	Movimento do Trabalhador Rural Sem Terra
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	Oxford Committe for Famine Relief (Comitê de Oxford para Alívio da Fome)
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RS	Rio Grande do Sul
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	15
2. INTRODUÇÃO	17
3. BRASIL - um país racista que ainda sangra a colonização sofrida	23
3.1. A carne mais barata do mercado é a carne negra	23
3.2. A precarização do trabalho: um instrumento de ordem racista	32
4. Construção histórica do flagelo social: a fome no Brasil	36
4.1. Como ainda vivemos no planeta fome?	36
4.2. Josué de Castro e o mapa da fome - um marco político na discussão sobre fome	45
5. Serviço Social - uma profissão de carácter interventivo	56
5.1. A construção sócio-histórica da profissão	56
5.2. A política social como instrumento de intervenção profissional	62
6. As dores da pesquisa empírica	72
6.1 A insegurança alimentar no território do CRAS	72
6.2 A fome enquanto presença constante na casa das usuárias	78
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
8. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	88
9. ANEXOS	96

1. APRESENTAÇÃO

Em primeiro momento, sinto a necessidade de contextualizar a mim, enquanto pesquisadora responsável pelo trabalho a ser desenvolvido, sobre o momento político no qual me encontro e a minha ligação com o tema a ser abordado.

Sou filha de auxiliar de professora e de caminhoneiro, cresci e vivi até pouco tempo com meus pais em um bairro de trabalhadoras e trabalhadores, chamado Guabiroba. Lá os afetos são perceptíveis, o cuidado e zelo de família com família, mas as dificuldades apresentadas pelos processos de vulnerabilização que o bairro pobre sofre, também o são. A falta de saneamento básico, as irregularidades nas moradias, a dificuldade de acesso aos atendimentos de saúde, os problemas escolares, o estigma sofrido pelos jovens, majoritariamente negros, pela polícia, são apenas alguns exemplos. Inúmeras famílias têm suas casas invadidas, sem um mandato, sem um motivo concreto, simplesmente porque na vila, aparentemente, as coisas funcionam de maneira diferente. E isso não é num bom sentido.

Dito isso, lembro que a minha consciência de classe só foi desenvolvida na Universidade - privilégio de poucos. Sou uma das únicas amigas universitárias do meu grupo do bairro - a única a chegar na pós graduação. Algumas trabalham no comércio, outras montaram salões de beleza nas suas casas, algumas com tráfico e outras ainda precisam se submeter ao primeiro exemplo de comercialização dos corpos da mulher e da travesti - a prostituição.

Por que essas informações são relevantes aos leitores? Porque a pesquisadora não é uma folha em branco, e os questionamentos levantados pelo privilégio de ser universitária trouxeram consigo a responsabilidade política de grifar as desigualdades que me saltam aos olhos, sendo tidas como normalidade para a maioria das pessoas que não compreende a estrutura social que normatiza nossas relações de vida, não somente sociais, mas de tudo que faz parte do nosso cotidiano.

Me tornar Assistente Social possibilitou olhar para essa realidade de um ângulo diferente do senso comum: essas pessoas e esses trabalhos são designados por uma estrutura econômica e social excludente, que deixa as pessoas à margem dos sofrimentos advindos da pobreza. No Brasil de hoje, onde o custo da cesta básica é de mais de R\$670,00, é humanamente impossível sustentar uma família de, por exemplo, 3 pessoas, com o salário mínimo no valor de R\$1212,00. O sistema político e econômico vigente é incompatível com a vida.

Portanto, aqui sou um corpo político de resistência. Que se compreende do alto do seu privilégio, tendo acesso ao mínimo que nos foi negado: o direito de pensar sobre e questionar o imposto. Nessa pesquisa, vamos ouvir as trabalhadoras e trabalhadores, vamos dar razão às suas dores e buscaremos entender como nossa ação profissional deve responder essas questões, priorizando sempre as vozes que sofrem constantemente processos de silenciamento.

Me entendo, portanto, enquanto uma pesquisadora com uma veia política pulsante, buscando um compromisso Ético-Político profissional constantemente, para que a categoria seja o meu campo de questionamento e ação, evitando o assistencialismo ou a personificação das demandas. Compreendemos a questão levantada como estrutural, não pontual.

Esse é o meu local de fala. É o andar que eu habito. Pra mim, a fome sempre foi vizinha, mas hoje me sinto capaz de questionar e na responsabilidade de intervir, inerente aos meus ossos. Me sinto chamada a dar respostas urgentes e necessárias. Acredito que seja o comprometimento com o supracitado Projeto Ético-Político que jurei na colação de grau.

2. INTRODUÇÃO

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam. (Paulo Freire)

Debateremos uma das veias mais abertas, como diria Galeano, do nosso Brasil. A fome é um fenômeno que não pode mais ser chamado de fantasma, visto que mais de 116,8 milhões de pessoas estão acometidas de insegurança alimentar, e mais de 33 milhões em situação de fome extrema (PENSSAN, 2022). Com o avanço da pandemia, tivemos a realidade da pobreza do Brasil exposta, da sua forma mais real, a desigualdade debaixo dos nossos pés. A questão dos privilégios é, sim, divisora de águas no dia a dia da nação. Vemos, diariamente, em números, a falta que faz um bom planejamento social, uma política inclusiva que compreenda todos os seus sujeitos como merecedores da vida e da dignidade.

O direito à alimentação é o mais basilar dos direitos e garantias fundamentais. Por ser fundamental para a saúde humana, a garantia de uma alimentação adequada é um desafio constante para as nações e, no seu proposto recorte, às profissionais que acolhem a demanda nas instituições públicas de seguridade social. Logo, qual o mecanismo de busca para a garantia da dignidade alimentar do povo brasileiro?

A escolha do tema, bem como o recorte ético-político e interventivo profissional, partiu de uma pré-análise social, demográfica e econômica da cidade de Pelotas - RS, tendo em vista que há I no CRAS¹ deste município intensas vulnerabilizações sofridas pelas usuárias/es/os. De modo que se pode perceber uma intensificação da insegurança alimentar na cidade, promovida e ostentada pela política econômica vigente, que prefere exportar e obter lucros a alimentar sua população. Como consequência, vemos pessoas com cartazes nos sinais e crescente desemprego, atingindo não somente as pessoas mais desprovidas de recursos, mas também pessoas de classe média que também são vítimas de um desenvolvimento urbano desordenado e extremamente mercantilista.

O presente trabalho, por intermédio de revisão teórica e pesquisa empírica, aborda a temática do Direito Humano à Alimentação adequada como um direito humano fundamental, debatido com usuárias/os/es e assistentes sociais do CRAS, unidade

¹ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

Centro. A necessidade de falar sobre fome não diz respeito apenas ao debate sobre uma refeição digna, mas perpassa questões desde a mobilidade urbana e, principalmente, o acesso e promoção à saúde. Portanto, um dos principais objetivos da pesquisa foi entender as estratégias de ação profissional da assistência social do referido CRAS no enfrentamento da fome na cidade de Pelotas, assim os resultados serão discutidos nesta dissertação.

O aprofundamento da crise estrutural do capital, que se manifestou desde o início da década de 1970², marca todos os continentes no tempo presente. O desemprego generalizado, a intensificação das migrações, a explosão da dívida pública, a priorização do fundo público para os interesses do capital, a depreciação dos direitos sociais, os altos níveis de pobreza e aprofundamento das desigualdades sociais, a criminalização dos movimentos sociais resistentes à opressão, à alienação e à exploração dos trabalhadores, juntamente com o conservadorismo político que legitima esta bárbara sociabilidade sob o manto do capital, são algumas destas marcas.

Entretanto, a mensuração da segurança alimentar pode ser considerada um desafio. Acredita-se que, tão importante quanto avaliar os aspectos nutricionais e dados de disponibilidade e consumo alimentar, faz-se necessária a avaliação da percepção dos sujeitos quanto à situação de (in)segurança alimentar. Sobretudo devido aos componentes psicológicos importantes que permeiam esta condição alimentar “como a preocupação, a incerteza sobre a família ter ou não o alimento no próximo mês” (SEGALL-CORREA, 2009).

Entendemos o Serviço Social enquanto classe profissional fundamental para pensar a categoria fome junto de suas interlocuções, avanços e desdobramentos. Dessa forma, esta dissertação se apresenta como elemento para o debate dos Direitos Humanos, da Seguridade Social, da amplitude da fome na cidade de Pelotas/RS e da atuação da categoria Serviço Social em desenvolvimento das suas atuações diárias, tendo como principal questionamento: o que a assistente social deve, pode e efetivamente consegue fazer nessas situações?

² “Em síntese, com a expansão do capitalismo monopolista ocorrem mudanças, que vão se efetivar durante as décadas de 1960 e 1970, no sentido de expansão e modernização do sistema de proteção social do país. Trata-se de um processo de modernização conservadora, que vai combinar assistência à pobreza com repressão, pois essas mudanças não significaram uma ruptura com os padrões meritocráticos prevaletentes até então [...] (YAZBEK, 2012, p. 299)

Assim como Yazbek (2011, p. 33), “parto do debate acumulado no âmbito do Serviço Social que situa a questão social como elemento central na relação entre profissão e realidade”³. É importante que, enquanto profissionais que lidam diretamente com as expressões da pobreza, consigamos entender onde e como se difundem e apresentam as nuances da vida, da estrutura social, do modelo econômico vigente e aporte institucional/Estatal que se traduz como a fome.

Vivemos em uma época em que ideais de direitos humanos se deslocaram do centro do debate, tanto político quanto ético, onde vemos áreas urbanas progressivamente divididas e tendentes ao conflito (HARVEY, 2012). Isto quer dizer que sentimos na pele a ausência do Estado e a política de extermínio que está instaurada no Brasil. Nos dois anos de pandemia, fomos diariamente bombardeados de informações: “caiu o Ministro da Saúde!”, “Moro vai delatar”, “1039 mortes em UM DIA”, “as pessoas estão sendo enterradas em valas comuns”, “a PM matou mais uma criança favelada” e não vimos nenhuma comoção. Nada.

Foi tão corriqueiro morrer gente, que chegou ao ponto de não ter capacidade humana de enterrar. Precisar jogar pá de terra em gente que tem nome. Tem família. Tem endereço, classe social e tem cor. Tem gênero, principalmente. Gente que virou estatística, números. Gente que vira piada nas falas do próprio presidente. Gente que não morre de Coronavírus, mas sente fome, todos os dias. Gente que não teve a oportunidade e o privilégio de fazer a escola fundamental. Gente que serviu de degrau econômico para a maioria das riquezas do país.

A desigualdade social, a histórica concentração fundiária, a monocultura para exportação e nutrição animal são apontados como elementos que impedem o acesso de alimentos para todos neste país. “Enfrentar a fome é enfrentar a pobreza extrema. Na medida em que se coloca a questão da alimentação no âmbito da saúde pública, trilhamos o caminho certo”, disse o economista Francisco Menezes (2018, s/p). Infelizmente ainda há uma falta de conhecimento, por parte de outros profissionais, sobre o conceito, papel e importância do Serviço Social na vida das pessoas.

Qual influência tem a forma da divisão social da cidade na falta de comida na mesa? Existe relação entre a expansão territorial da urbanização e a intensificação

³ Segundo Yazbek (2008), a expressão “questão social” surgiu na Europa Ocidental em meados da terceira década XIX, caracterizando um fenômeno social oriundo da industrialização: o pauperismo. Isso quer dizer que, ainda que o termo seja ressignificado, o seu cerne se oriunda da estrutura capitalista, que se caracteriza pela desigualdade necessária para sua perpetuação.

da insegurança alimentar? Por que não podemos teorizar a expressão do sofrimento sem contextualizar a vida e exposição inteira de seus indivíduos? Necessário salientar que o debate não deve ser moral, porém ético, priorizando a vida de todos os indivíduos. Sem discriminação, mas entendendo a necessidade de uma compreensão crítica da realidade a ser intervida.

Atualmente, as teorias sobre a insuficiência de renda não são mais passíveis de explicar de maneira eficaz a pobreza e a exclusão social. Os pobres não têm possibilidade de criar sua dignidade e o instrumental convencional da economia esbarra em certos limites para a medição do bem-estar, como os estabelecidos por critérios de renda. Parafraseando Cataia (2020, p. 242), “como as alternativas ao futuro não são criadas na mesma velocidade que as urgências sociais [...], é a partir do que temos que podemos pensar alternativas”. É nesse sentido que se torna urgente e necessário compreender a atuação frente às novas expressões demandatárias, a partir de sujeitos que historicamente sofrem processos de invisibilização e se encontram “ao Sul”, para com eles e a partir deles pensar em alternativas para um presente e um futuro, nas quais suas vidas sejam valorizadas e respeitadas.

Em meio a tantos dilemas e desafios, o presente trabalho debate as estratégias adotadas pela profissional de Serviço Social acerca da sua atuação profissional, debatendo qual intervenção, realmente, o serviço consegue efetivar. Qual foi/é a principal estratégia de ação adotada pelas referidas profissionais nestes últimos dois anos?

Portanto, o texto aborda **um Brasil que sangra a colonização sofrida, o histórico da fome, o Serviço Social enquanto categoria profissional** e a institucionalidade que compõe seu trabalho. O recorte sócio-histórico foi feito levando em conta a localização da nossa profissão na linha temporal brasileira, em relação às possibilidades interventivas das⁴ profissionais atuantes; debatendo as causas, agravantes e tensionamentos existentes em relação à fome vivida pelas usuárias/os/es participantes da pesquisa, que são a vida a ser apresentada nas

⁴ Considerando a historicidade da produção do conhecimento ser hegemonicamente eurocentrada e masculina, este texto será escrito em pronomes femininos. Sou mulher, latinoamericana e o Serviço Social é composto, predominantemente, por mulheres. Acerca do tema, indicamos: CISNE, Mirla Alvaro. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão**. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

palavras desse texto. À luz da experiência profissional e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), focamos nas intervenções realmente efetivas, posta a urgência apresentada no seguinte problema de pesquisa: quem tem fome, tem pressa.

O projeto de pesquisa, qualificado no primeiro semestre do ano de 2022, teve como objetivos a caracterização da fome no Brasil, a relação desse processo histórico com os avanços e retrocessos de uma Política de Segurança e Soberania Alimentar no Brasil, a problematização da atuação profissional na garantia efetiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e a efetividade do serviço de proteção social ofertado pelo CRAS. E, como notas introdutórias, dizemos que a pesquisa empírica esbarrou na precariedade do trabalho sofrido pelas trabalhadoras e trabalhadores do local. Notamos em materialidade, o que será comprovado com referenciais teóricos e documentais, o desmonte das Políticas de Assistência Social que ocorreram na era Bolsonaro. É importante que tenhamos autonomia de trabalho, mas recorremos ao assistencialismo para manter corpos vivos durante uma sindêmica de fome. A fragilidade estatal impossibilita o trabalho em busca da autonomia das usuárias.

A pesquisa empírica foi realizada após aprovação em Comitê de Ética em Pesquisa e foi conduzida através de roteiro de questões, mas utilizando da escuta sensível e da partilha do momento para tornar a conversa menos formal com as usuárias. Com a profissional, utilizamos da intimidade momentânea e da conexão com o tema de pesquisa o propulsor da conversa. Não utilizamos roteiro de questões, mas conversamos sobre as dores e possibilidades interventivas que ela possui. Utilizamos, nesse trabalho, a vivência, escuta sensível e perceptiva e inserção no campo como inspiração e captação de dados dessa realidade desanimadora, para quem trabalha e para quem precisa do serviço.

Em sociedades como a brasileira, na qual uma parte expressiva da população é pobre e depende de seus ganhos diários ou semanais para satisfazer suas necessidades (ou seja, alimentar-se, locomover-se, habitar uma casa, acessar estruturas de lazer e de saúde etc.), ganhou força, muito rapidamente, o dilema “morrer de vírus ou morrer de fome”. Esse impasse, que poderia ter sido evitado, foi habilmente explorado por aqueles que, por razões variadas, se opunham (e continuam se opondo) ao distanciamento social, às medidas políticas, econômicas e sociais necessárias para que ele pudesse ser praticado por toda a população e, também, à vacina.

Somado a isso, o trabalho dialoga com a área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Questão Social, Direitos Humanos e Políticas Sociais, e a linha de pesquisa a qual se vincula, Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas. Portanto, permite apresentar e expandir o tema dentro do Programa e, conseqüentemente, aprofundar discussões que são concernentes a ele, como a garantia dos direitos sociais frente às expressões da questão social (acirradas na conjuntura atual) que evidenciam a relação Estado e sociedade e geram estratégias de organização e resistência por parte da sociedade civil. Estima-se que os dados levantados sejam relevantes, sendo subsídio para a formulação de políticas públicas na direção de garantias fundamentais, no intuito de defender e garantir direitos para as pessoas que necessitam do atendimento do Centro de Referência em Assistência Social Centro.

Com a contribuição de 4 usuárias e 1 assistente social trabalhadora do local, buscamos atingir os objetivos gerais e específicos da pesquisa, bem como trazer um recorte analítico da insegurança alimentar na nossa cidade. A primeira e mais importante regra do método social é tratar os fatos sociais como “coisas” materializadas. A fome é a materialização da falta de nutrientes no corpo e, muito mais que isso, é a negação do Estado na garantia de vida dessas pessoas. Como disse o Padre Júlio Lancellotti⁵ em postagem alusiva ao Natal em seu Instagram, “existem presépios que ficam montados o ano inteiro”.

E a fome é incompatível com a vida.

⁵ Padre da Paróquia São Miguel Arcanjo, em São Paulo. Atua como ativista junto às pessoas em situação de rua, usuárias/os/es de drogas e pessoas LGBTQIA+ em situação de extrema vulnerabilidade.

3. BRASIL - um país racista que ainda sangra a colonização sofrida

“Qual será o gênero da fome mesmo? Quando fazemos um recorte de gênero em relação às famílias que estão em insegurança alimentar, elas têm, em sua maioria, mulheres que comandam, e em sua maioria **mulheres negras.**” (Vivian Delfino, em uma formação política da ABA)

Como capítulo introdutório, trataremos ao debate a colonização sofrida pelo Brasil, entendendo o fato como um marco histórico — e avassalador — na nossa história. Aqui, debateremos o massacre sofrido pelo nosso povo, pela nossa cultura e o apagamento diário que a população negra — maiores vítimas da colonização e dos desdobramentos desse racismo desenfreado e institucionalizado diariamente — ainda tem como realidade. Debater o Brasil colonial racista é fundamental para entendermos o terreno de fome que pisamos. Trata-se de um projeto. E ele não começou ontem.

3.1 A carne mais barata do mercado é a carne negra⁶

A pobreza e a desigualdade são construções sociais que se desenvolvem e consolidam a partir de estruturas, agentes e processos que lhes dão forma histórica concreta. Os países e regiões da América Latina moldaram, desde os tempos coloniais até nossos dias, expressões desses fenômenos sociais que, embora apresentem as peculiaridades próprias de cada contexto histórico e geográfico, compartilham um traço em comum: altíssimos níveis de pobreza e desigualdade que condicionam a vida política, econômica, social e cultural. Portanto, para falar das desigualdades do Brasil, a noção de raça é fundamental.

No decurso da história, ao lado da ideia da razão como uma justificação de uma separação estrutural entre o gênero humano, a partir da ideia de que existem raças diferentes. Para Quijano (2002), a ideia de raça é uma construção da modernidade. Ela surge a partir do século XVI como elemento fundamental no processo de colonização, escravização e dominação da América. Os explorados e dominados da América Latina e África são as principais vítimas.

Concordamos com o pensador latinoamericano Aníbal Quijano, quando diz que

O fenômeno do poder é caracterizado como um tipo de relação social constituído pela co-presença permanente de três elementos: dominação,

⁶ Uma singela homenagem à mulher do fim do mundo, que em sua primeira aparição pública deu voz à sua dor, e fez de sua vida resistência até o fim. Foi e será inspiração para muitas de nós, eterna **Elza Soares.**

exploração e conflito - que afeta as quatro áreas básicas da existência social e que é resultado e expressão da disputa pelo controle delas: 1) o trabalho, seus recursos e produtos; 2) o sexo, seus recursos e seus produtos; 3) a autoridade coletiva (ou pública), seus recursos e produtos; 4) a subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos. (2002, p. 1)

Ainda em Quijano, ele denomina por colonialismo as formas de dominação europeia sobre os corpos latinos e africanos: direta, política, social e cultural. Ou seja, as formas de vida e de expressão tradicionais sofrem inúmeros tipos de repressão, vendo a sua cultura sofrer apagamento diariamente. Para ele, é a estrutura colonial de poder que produz as desigualdades sociais. Desigualdades, estas que se tornam identitárias (raça, gênero, sexualidade, etc.) de acordo com seu território e momento histórico. Portanto, a história do Brasil é manchada pela escravidão do povo negro, arrancado à força de suas terras pelo colonizador europeu para ser submetido a todo tipo de agressões e humilhações em terras desconhecidas. Segundo Gomes (2008, p. 447-448), “calcula-se em dez milhões, ou mais, a quantidade de africanos transportados para as várias regiões das Américas entre os séculos XVI e XIX, tendo o Brasil recebido 40% destes”.

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005, p. 117).

As explicações sobre a pobreza massiva vinculadas ao caráter de subdesenvolvimento constituíram um dos focos do debate, junto com a produção teórica relacionada aos processos históricos de produção da pobreza na América Latina. Enquanto países como a Inglaterra e a França desenvolviam, em seu interior, uma fusão entre direitos de acesso – que foram se constituindo paulatinamente em direitos sociais em princípios do século XX, vinculados à condição de cidadania⁷ –, estabeleciam um vínculo tutelar com as regiões e populações que colonizaram ou com

⁷ Trazemos o conceito de Coutinho: “Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (COUTINHO, 2000, p. 50).

as quais comerciavam. Assim, dividiam as pessoas entre cidadãos civilizados e o que denominavam a barbárie, baseando-se, para tanto, no discurso civilizador. Os bárbaros das colônias não podiam ter acesso à igualdade jurídica, pelo contrário, eram intrinsecamente desiguais, por sua condição de colonizados. Quando os bárbaros alcançaram tal acesso, isso se deu contra os interesses dos cidadãos que os dominavam e sob a violência civilizadora dos interesses desses impérios (LEGUIZAMÓN, 2008).

Na visão da economia política, o desenvolvimento era visto como uma transformação econômica, ou seja, operada nas relações de mercado. Ele também era concebido como uma mudança com etapas pautadas a longo prazo, que reproduziram a história econômica dos países auto considerados desenvolvidos (Rostow; 1970). Nessas concepções, o desenvolvimento se produziria como consequência da difusão cultural, que levaria a um estágio superior da evolução da modernidade. Essa concepção neo-evolucionista das sociedades considerava os países que não se adequavam a seus padrões culturais como fazendo parte de uma etapa anterior de desenvolvimento social (Hoselitz, 1960; Rostow, 1970). Partia-se do pressuposto de que nossas sociedades eram “sub” “desenvolvidas”. A cultura dos latino-americanos e caribenhos era considerada como um todo homogêneo de características “tradicionais”, “arcaicas”, “atrasadas” e pouco inclinadas a comportamentos denominados “modernos”. Ao mesmo tempo, a carência desses atributos constituía a causa de sua pobreza. (LEGUIZAMÓN, 2008, p. 84)

Para Paulo Freire, o mundo não é, “está sendo”. Logo, tudo que existe não é estrutura, mas um processo. Portanto, a nossa ideia sobre nós mesmos e a nossa história deve ser construída, partindo das vozes silenciadas como soberanas de si. Não existe a possibilidade de, por exemplo, usarmos modelos estratégicos de planejamento geopolítico de Ohio em Pelotas. Logo, como a Europa centraliza a história do globo nas suas vozes? Que sabem os autores europeus sobre as marcas da colonização em nossa vida e alma, se é justamente através de seus corpos que legitimam nossa morte epistêmica?

Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, **porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma apropriação crítica da realidade.** (FREIRE, 2018, p. 25).

Patrono da educação e cunhador da ideia de pedagogia do oprimido⁸, aclamado e comemorado em seus cem anos por nós, pensadores críticos, é rechaçado e vandalizado pelo atual (des)governo do Brasil. Ainda que seu

⁸ A pedagogia do oprimido, segundo Freire (2005, p. 34), é aquela que precisa ser elaborada não para o oprimido, mas com ele, reconhecendo-os enquanto sujeitos que lutam por sua humanidade.

pensamento, sua ideologia e sua obra, propriamente dita, seja absorvida enquanto método coletivo; crucial para pensarmos a evolução histórica dos nossos povos e resposta para as “teorias eurocentradas” que deslegitimam o conhecimento popular e horizontal, participativo e autogestionário. O autor foi peça importante da resistência nos tempos de ditadura no Brasil, colocando o colonizador num cenário de contradição, pois, para ele, o centro da história sempre serão os sujeitos existentes no território, latentes de vida. Jamais quem chega com a boca cheia de verdades e normas impositivas para um povo e uma terra que nem se conhece.

Referenciando com outros autores a ideia defendida no parágrafo anterior, encontramos em Maldonado-Torres (2007, p. 131) o reconhecimento de que a colonialidade sobrevive até hoje, intrínseca e dominante “nos manuais de aprendizagem, nos critérios para os trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos da nossa experiência moderna”. A origem de todas essas obstacularizações possui uma história imbricada na conquista e no espólio: a negação do direito do colonizado começa com a afirmação do direito do colonizador, negação que é, em realidade, do próprio direito coletivo e concretização do direito individual (ALMEIDA, 2011, p. 41).

Ainda que a cidadania⁹ seja compreendida globalmente como direito de todo o ser humano, inclusive pela Organização das Nações Unidas, faz parte da maioria das cartas constitucionais, incluindo a nossa Constituição Federal de 1988, a compreensão do valor de toda vida humana ainda não saiu do discurso. O que hoje chamamos de neoliberalismo, ontem era chamado de colonialismo¹⁰, que já foi

⁹ Cidadania é um processo historicamente construído, tendo início com o reconhecimento dos direitos civis (XVIII), posteriormente surgem os direitos políticos (XIX) e no final do século XX são consagrados os direitos sociais e ambientais. Vale ressaltar que os direitos subsequentes (políticos e sociais) não são nem foram “novos direitos”, apenas foram compreendidos como direito de todo ser humano do planeta.

¹⁰ “O colonialismo, especialmente o Europeu, iniciado com a conquista da América, pode ser definido como uma estrutura de poder, na qual um grupo social de outro território (metrópole) domina outras comunidades (colônias) pelo controle das autoridades política, econômica e militar, muitas vezes de forma violenta. É a face mais ostensiva da dominação/exploração da natureza e dos seres humanos. A pilhagem dos bens naturais, sobretudo pelo trabalho escravo, concedeu à Europa condições materiais para sair de uma posição periférica, passando a ocupar o centro do mundo. Essa espoliação é considerada legal e moral, pois trata - se do fardo do homem branco em, violentamente, civilizar o mundo. Sua ideia -força refere-se à dimensão aparente, legalizada e material da exploração do mundo, seja pelo controle das colônias, do corpo dos sujeitos que habitam esses locais ou da natureza ali presentes. (SILVA et al, 2021, p. 153). Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/12939/8219>.

chamado de imperialismo¹¹ e, no final das contas, tem o problema na mesma origem. O que exemplifica o fato de que os direitos prioritariamente garantidos sempre foram os mesmos, sendo expandidos somente pela pressão popular¹².

Alicerçada num projeto de usurpação dos continentes subdesenvolvidos, a colonização observada com totalidade é parte fundamental do debate, pois, como dito anteriormente, a dominação europeia não se expressa somente por vias de violência física ou econômica, mas governa de modo soberano um povo dominado. Anteriormente a ferro e fogo e, hoje em dia, introjeta pelo próprio subconsciente, subjetivo, pensamento. Intrínseco e enraizado na nossa essência. Isso porque a verticalidade da inserção das igrejas católicas pelos jesuítas corroborou para o apagamento e conseqüente afastamento da cultura dos povos originários, fazendo com que, à medida que as décadas passam e a história se escreve, seja subconsciente e automática, há a absorção de valores culturais impostos pela colonização.

Na medida, porém, em que a introjeção dos valores dos dominadores **não é um fenômeno individual, mas social e cultural**, sua extrojeção, demandando a transformação revolucionária das bases materiais da sociedade, que fazem possível tal fenômeno, implica também numa certa forma de ação cultural. Ação cultural através da qual se enfrenta, culturalmente, a cultura dominante. **Os oprimidos precisam expulsar os opressores não apenas enquanto presenças físicas, mas também enquanto sombras míticas, introjetadas neles.** A ação cultural e a revolução cultural, em diferentes momentos do processo de libertação, que é permanente, facilitam esta extrojeção (FREIRE, 2018, p. 54).

O modo de produção de determinada sociedade compõe-se de um conjunto de relações sociais que se estabelecem entre as classes (PAIVA, ROCHA e CARRARO). Nesse lócus, os homens constroem suas relações sociais no terreno da história, não

¹¹ “Imperialismo foi uma política de dominação exploratória de países, envolvendo aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais das nações de mais poder entre os países da Europa. Seu objetivo era de expandir suas economias industriais. Baseia-se em ideias etnocêntricas e no darwinismo social (superioridade dos povos dominantes em relação aos dominados); Processo de expansão das potências europeias; Capital industrial fundido ao capital financeiro” (WIKIPÉDIA, n.p.)

¹² “Daí o modelo do homem ser atingido por esta alienação. Foge-se do homem concreto para o homem abstrato imposto pelo colonizador: o branco. Em outras palavras: cria-se uma subjacência racista nessas sociedades. No Brasil o ponto central contra o qual o preconceito - reflexo dessa alienação - se volta é o negro, o ex escravo. O preconceito de cor, ou melhor, o racismo eufemístico do brasileiro tem, assim, raízes na forma como ele foi colonizado e posteriormente dominado pelo imperialismo. Não é um fato fortuito, epifenomênico, mas faz parte desta realidade econômica, política, ideológica e cultural. Resumindo o que dissemos acima: o Brasil, na sua formação histórico-social construiu dois modelos de sociedade: o escravista colonial, subordinado à economia colonialista e o capitalismo dependente subordinado ao imperialismo.” (MOURA, 1983, p. 134-135)

sob quaisquer circunstâncias, mas sob aquelas com que se defrontam diretamente, transmitidas pelo passado (MARX, 1980).

Assim, o processo de produção que se estabelece no que se denomina países atrasados deve ser entendido como expressão de uma dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, que no momento de sua expansão subsume todos os elementos da nova sociedade aos ditames do capital. **Está dado, desse modo, o processo em que a história engole a história para produzir outra história: a história do subdesenvolvimento da América Latina na história do desenvolvimento do capitalismo mundial** (PAIVA, ROCHA e CARRARO, 2012, p. 150)

É incorporada à civilização que a história acontece. Mas qual o significado de civilização? De acordo com o historiador pioneiro na criação do pan-africanismo, da africanologia e instituições profissionais acadêmicas John Henrik Clarke¹³, a "[...] civilização é a arte de ser civil. A palavra 'civil' significa ser pacífico. E não há nada pacífico na agressão". O passatempo favorito das pessoas "civilizadas" do império romano era o de assistir a homens se matando e leões comendo pessoas.

A verdade é que a dita "civilização ocidental" sempre foi uma grande farsa, pois é a mais bárbara da história mundial. E quando um povo não conhece a sua história, está tão mais distante de compreender os atravessamentos invisíveis, a nível físico, mas norteadoras, a nível de dividir a população entre mera massa de trabalho, quantificada em números, em detrimento da riqueza inestimável de alguns poucos.

John Henrik Clarke diz o seguinte:

Os Europeus foram o último ramo da família humana a surgir na arena chamada civilização. E, mesmo assim, eles têm sido capazes de convencer a si mesmos e aos outros de que eles eram indispensáveis à civilização, e que sem eles ela não teria existido (1992, s/p)

Acerca da dominação, Enrique Dussel¹⁴ aponta que

Esta dominação produz vítimas (de muitas variadas formas), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase ritual de sacrifício; o herói civilizador investe suas próprias vítimas do caráter de ser holocaustos de um sacrifício salvador (do colonizado, escravo africano, da mulher, da destruição ecológica da terra, etc.) (1993, p. 186)

Josué de Castro também debate a denominação de subdesenvolvidos atribuída a nossos países, explicando tanto esses processos, como a fome que produzem, com

¹³ Resumo de biografia, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Henrik_Clarke.

¹⁴ Acerca do pensamento do autor, compreendendo que sua leitura da América Latina é extremamente pertinente e revolucionária, principalmente acerca do **capitalismo periférico**, necessário para a reflexão deste texto, ler: DA COSTA, César Augusto Soares; LOUREIRO, Carlos Frederico. Questão ambiental, neoextrativismo e capitalismo periférico: uma leitura política em Enrique Dussel. SER Social, Brasília. v.20, p. 164-181. jan-jun/2018.

base nas relações de exploração em níveis internacional e nacional, além da concentração da riqueza crescente. Na epígrafe de um de seus trabalhos, intitulado “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”, afirma que

[...] o desenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exacerbando sobre as diversas regiões do planeta (CASTRO, 1965).

Os povos, então caracterizados pelo sistema mundo colonial¹⁵ por subdesenvolvidos, vão assim ser entendidos como os povos que padecem de fome. Fome de alimentos, fome de conhecimentos e fome de liberdade. Se a fome de alimentos é a que atinge com maior intensidade as grandes massas humanas que compõem as nações periféricas, a fome de saber é a que se estende como uma força entre os representantes da geração atômica, destes jovens que terão a responsabilidade de refazer o mundo, como afirmava Josué de Castro, ou, “talvez melhor dizendo, evitar que o mundo se desfaça” (1946).

A consciência política e histórica deve ser um processo construído, não designado. E Paulo Freire, como alguns outros pensadores afro-latino-americanos, diz que o caminho para a conscientização de si, da sua história e da dominação invisível sentida, é a educação. Tão somente entenderemos que conhecemos pouco dos povos indígenas, que viviam soberanamente e saudavelmente na terra em que pisavam, quando percebermos que a nossa “ignorância” sobre nós mesmos, é o alicerce da dominação, e se define enquanto projeto, não acaso.

Neste sentido, é um processo [de conscientização] tão permanente quanto a revolução, que só para mentalidades mecanicistas cessa com a chegada ao poder. E é precisamente neste momento que muitos de seus mais sérios problemas começam e que algumas ameaças a espreitam, entre elas, a burocracia esclerosante (FREIRE, 2018, p. 85).

A regressão neoliberal, ao impor-se como lógica do capitalismo atual, consolida a dissociação entre mercado e direitos, aprofunda a cisão entre o econômico e o social, separa a acumulação da produção, instala desregulações públicas, reforça a desigualdade e procura despolitizar a abordagem do debate da questão social pelas massas (YAZBEK, 2001).

¹⁵ DUSSEL, Enrique. Sistema mundo y transmodernidad. **Modernidades coloniales**, p. 201-226, 2004.

O Serviço Social, enquanto profissão que preconiza um projeto profissional, o qual vislumbra outra ordem de sociedade, deve compreender que não há o modelo de controle social como antes. A conjuntura nos exige pensar neste momento, a interlocução entre as diversas políticas públicas e provocar um controle social que denuncie o desmonte da Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo para que o debate desta política se sustente no campo das lutas sociais (DE JESUS et al, 2018, p. 200)¹⁶

Para Aching (2011), a modernidade, que teve seu início com o processo de colonização e expansão europeia, se configura ainda hoje como uma forma de dominação colonial. Tal ação de domínio se manifesta, sobretudo, através das práticas de exclusão implicadas na diferenciação do eu/outro e na noção positivista de conhecimento direcionada para a manutenção do status quo. Houve no conceito de modernidade, difundido através do iluminismo, uma junção do entendimento de civilização e cultura, no qual eles eram expressos através de alcances materiais. Além disso, o racismo eurocêntrico dentro de produções acadêmicas foi essencial para que tal universalização tivesse força e permitisse a aplicação de uma ideologia colonial.

Essas práticas junto com a colonização facilitaram uma universalização e padronização do modo de vida ao redor do mundo, exportando o conceito de “civilização ocidental” para todos os cantos e formando uma comunidade de Estados que agregasse todas as velhas e novas nações civilizadas, perpetuando o objetivo inicial da soberania enquanto propagadora da homogeneização. Tal estrutura ideológica, que contou com a sustentação de estudos científicos que buscavam comprovações de uma superioridade racial europeia, acabou por legitimar diversas formas de violência, principalmente a escravidão.

Um dos primeiros empreendimentos de casas populares do Brasil e o primeiro conjunto habitacional da Companhia de Habitação Popular (Cohab) fica em Campinas (SP) e completa 50 anos em 2016. A comunidade que tinha 487 casas, abrigava famílias que vieram de cortiços em 1966, e fica no bairro Vila Rica. (G1 Campinas e região, 2016, disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/04/primeiro-conjunto-habitacional-da-cohab-completa-50-anos-neste-ano.html>)

Ser corpo marginalizado é ser corpo passível de todas as deliberações do Estado fascista instaurado. O corpo negro e pobre só serve pra tripudiação, pro trabalho excessivo, pra vida mais ou menos. O direito à cidade (HARVEY, 2013) não os contempla, pois dispõe de uma polícia opressora, ambientes não cuidados, invasão

¹⁶ “Transformamos o conceito de controle social na história, do controlador das massas para o cogestor das políticas públicas, sendo que, na conjuntura atual, seu principal papel é ser mobilizador para a resistência e para as lutas, em especial no que tange à riqueza socialmente construída. O papel do/a assistente social, por sua vez, é imprescindível na defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada!” (DE JESUS et al, 2018, p. 200)

domiciliar sem mandatos, dentre as outras tantas perversidades de exclusivo acontecimento nos bairros empobrecidos.

Infelizmente, os movimentos sociais não são suficientemente fortes ou mobilizados para impor ou propor alguma solução, nem obtiveram maior controle sobre a utilização dos excedentes, sem falar das condições da sua produção (HARVEY, 2013).

Esse ponto em específico se abre para alguns outros questionamentos: os espaços negados das cidades, os sujeitos excluídos e excludentes, os ideais predominantes no momento e seu processo de ascensão. De que forma o fascismo eleito virou unanimidade como resposta ao “caos” inventado? Abdicando das questões geográficas e turismólogas óbvias, seria a barganha do Rio de Janeiro tão diferente de Pelotas? Veja, cidade onde charqueadas são as preferidas opções das turmas de formandos, fotos de aniversário, festas de motivos variados, etc.

As ações de cunho privatista e fascista podem ser exemplificadas com o nosso dia-a-dia, testemunhando as ações de cunho necropolítico (MBEMBE, 2019) nos programas municipais, como o Pacto pela Paz, que dá liberdade para julgamentos estereotipados, moralistas e equivocados por parte do Poder Público, e principalmente das polícias, de onde vem a violência física mais expressiva e maior abjetificação de seus corpos. A realidade exposta pode ser aplicada a maior parte das cidades brasileiras que se originaram a partir da segregação urbana para com os mais pobres, fazendo com que a periferia fosse a única alternativa de moradia para eles.

Com isso, concluímos dizendo que o colonialismo escravizou o povo negro —a maior porcentagem em situação de extrema pobreza, estudada pelo trabalho e levantando dados comprobatórios ao longo dos próximos capítulos —, roubando-lhe a dignidade, negando-lhe a condição de ser humano e tratando-o como um mero objeto usado para enriquecer seus senhores. Hoje, a colonialidade¹⁷ promove silenciamento e subalternização, negando o direito à propriedade: apagando sua

¹⁷ “A colonialidade emerge com o início da invasão da América e sustenta-se no argumento do “Conquisto, logo existo.” para expandir a lógica da dominação/exploração do outro. Por isso, é considerada o lado obscuro da modernidade. Opera em diferentes nós histórico-estruturais da realidade, de forma descontínua, conflituosa e heterogênea no espaço e no tempo. Produz uma série de singularidades (colonialidade do poder, do saber, do ser, da natureza entre outras) com totalidades específicas, mas que só existem na relação com o todo. Exige a superação das dicotomias parte/todo singularidade/pluralidade para ser analisada como colonialidade e/ou um conjunto de colonialidades. Acompanhada do colonialismo, compõem a matriz colonial de poder (MCP). Sua ideia-força refere-se à lógica que inviabiliza, desqualifica e elimina tudo que é assimétrico ao único e universal caminho da humanidade: o eurocêntrico” (SILVA et al, 2021, p. 153). Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/12939/8219>.

história, sua cultura e manifestações religiosas; permitindo, ainda, que vivam em condições desumanas, com pouco (ou nenhum) acesso a serviços básicos de saúde, alimentação e educação. “Esses moradores vivem excluídos da sociedade, em condições de extrema miséria, aonde não chegam, em grande parte, os recursos necessários para uma vida digna, em uma realidade muito diferente daquela garantida pela CF/88” (HENNING et al, 2018, p. 12).

3.2. A precarização do trabalho - um instrumento de ordem racista

A Revolução Industrial e a implantação definitiva e dominante do modo de produção capitalista encontraram respaldo nas mudanças de representação social da pobreza. Nesse contexto, Escorel (2006) identifica o intuito de estabelecer regulamentos, normas punitivas e criminalizantes, já que a pobreza era considerada um castigo natural da preguiça. Na medida em que existiam necessidades crescentes de mão de obra, a recusa em integrar a força de trabalho explorada deveria ser, ostensivamente, penalizada. Assim, não viria a constituir-se em mau exemplo. Datam dessa época as terríveis Workhouses, descritas por Engels, nas quais os trabalhadores perdiam seus direitos civis e eram submetidos à condição de vida extremamente precárias, que muitos preferiam morrer às suas portas do que nelas ingressar.

Mais uma vez, recorrendo a Marx (1988b), é possível compreender essa questão já que na produção capitalista, o trabalhador encontra-se separado dos meios de produção e aliena sua força de trabalho ao capitalista, por um intervalo de tempo; assim, entra e sai do processo de produção na mesma condição. Ou seja, por meio de sua força de trabalho produz riqueza, a qual é apropriada privativamente pelo capitalista, mas continua desprovido de todos os meios para conseguir realizar essa riqueza em seu proveito. Essa condição é, continuamente, reproduzida, pois, da mesma forma que o trabalhador produz constantemente a riqueza sob forma de capital, o capitalista produz a força de trabalho sob a forma de trabalhador assalariado, que por sua vez é a força motriz para a reprodução do sistema capitalista.

Dessa forma, pode-se dizer que essas são as condições histórico-estruturais que deram origem ao fenômeno do pauperismo. Como base, têm-se a expropriação dos produtores rurais e camponeses e a sua transformação em assalariados, no contexto da chamada acumulação primitiva e da indústria nascente. Portanto, essa

população pode ser considerada a parcela da classe trabalhadora caracterizada por Marx (1988b), ao falar sobre o pauperismo oficial na Inglaterra, no período entre 1846 e 1866: “aquela parcela da classe trabalhadora que perdeu a condição de sua existência, a venda da força de trabalho, e vegeta na base da caridade pública” (MARX, 1988b, p. 759). A condição de trabalhadores, que só dispunham de sua força de trabalho para vender – e nem essa foi absorvida pela produção capitalista, compeliu essa população à situação de absoluta pobreza, vulnerabilidade social e degradação humana.

Quando a produção capitalista se tornou organizada e independente, não mais se limitou a manter a dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção, mas passou a reproduzi-la em escala cada vez maior. A formação de uma superpopulação relativa passou a ser um processo contínuo, de acordo com as necessidades da acumulação do capital. Sua base de formação reside na chamada acumulação primitiva, porém, com o desenvolvimento da produção capitalista, a classe trabalhadora desenvolve-se e “por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes” (MARX, 1988b, p. 854). Assim, o desenvolvimento do capitalismo quebra as resistências à criação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que mantém a oferta e a procura de trabalho e, também, os salários em sintonia com as necessidades de expansão do capital. Isso é a maior expressão do domínio do capitalista sobre o trabalhador. Portanto, a reprodução do fenômeno população em situação de rua ocorre no processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo.

Segundo essa perspectiva, na sociedade capitalista a pobreza é resultante não apenas da falta de distribuição equânime da riqueza social, mas também da apropriação privada dos meios de produção e da relação de exploração da classe dos capitalistas sobre os trabalhadores. Conforme expressa Iamamoto (2004, p. 16):

A existência do trabalhador livre – a separação do indivíduo das condições de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade – enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção, torna o indivíduo que trabalha um pobre virtual. Pobre enquanto inteiramente necessitado, excluído de toda riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência.

Desse modo, a pobreza é imanente à ordem capitalista e só será eliminada com a superação dessa estrutura social. A pobreza extrema, definida pela não

propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso à riqueza produzida socialmente, é uma das condições caracterizadoras da população em extrema pobreza.

A intensificação da urbanização e a industrialização sob o capitalismo emergente, ao mesmo tempo em que trouxeram o empobrecimento agudo da classe trabalhadora, trouxeram também a consciência de sua condição de explorado e da necessidade de organizar-se e lutar para garantir conquistas e proteção social. Dessa forma, a questão da pobreza sai dos círculos menores para emergir como um grande problema social, ao qual o Estado e a sociedade deveriam responder.

A evolução da questão social apresenta duas faces indissociáveis: uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, face às mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classes [...]; outra expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la, e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiados no e pelo poder do Estado (IAMAMOTO, 2004, p. 79).

Um ponto importante para este debate é compreendermos que as crises estão diretamente vinculadas a conflitos e mudanças na sociedade de classes, e aqui exploraremos a dimensão das transformações do mundo trabalho, como elemento estrutural que repete a história reflete o acirramento das desigualdades. O capital subsume as formas antigas assim como elas são, e como aponta Marx (2006)

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

A partir da condição concreta, vemos os sujeitos vivendo sob circunstância de um mundo do trabalho terceirizado, informal e com grande parcela da população à margem desse sistema, formando um exército de “sobrantes” (CASTEL, 2000) mesmo tendo sua vida atravessada por essa estrutura. Vemos que a história da humanidade tem sido a história da luta de classe e o objetivo maior da produção do trabalho é valorizar o capital, a realidade se torna muito mais complexa e quanto mais se desenvolve economicamente, essa espiral vai se tensionando e em algum momento essa espiral há de se romper. As tensões têm seus limites.

Esses dados, apontam índices de desigualdade gigantescos entre as classes, frente a uma realidade que condiciona a classe trabalhadora a esforços desmedidos por sobrevivência, enquanto a classe burguesa defende a manutenção e aumento dos seus privilégios, sobretudo do seu patrimônio. Artimanhas essas, que não somente ampliam a faixa de desigualdades, mas legitimam o sistema capitalista, que como estratégia de manutenção, cria a ilusão de que “estamos todos no mesmo barco”, para justificar a crise mundial, ao passo que mantém seus privilégios e amplia seu patrimônio.

Antunes afirma que o Trabalho ao longo do tempo não perdeu a centralidade na sociedade, o que ocorre é que essas metamorfoses forjadas ao longo do tempo ocasionaram um processo de alargamento das múltiplas formas de precarização do universo do Trabalho enquanto categoria organizativa da vida. E analisa como essas transformações foram profundas e causaram mudanças em diferentes dimensões

Foram intensas as modificações que se pode mesmo afirmar ter a classe-que- vive-do-trabalho presenciado a mais aguda crise deste século, que não só atingiu a sua materialidade, mas teve profundas repercussões a sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 1999. p. 206)

Novamente o autor afirma os processos que marcam a sociedade dual no capitalismo avançado, e em síntese apresenta que “houve desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril; heterogeneização, subproletarização e precarização do trabalho. Diminuição do operariado industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES,1999, p. 207). Essa metamorfose percebida na redução da atividade fabril tradicional e ampliando a categoria classe-que-vive-do-trabalho com as dinâmicas de trabalho terceirizado, podemos refletir que essa categoria que vive/sobrevive do trabalho, carrega uma formação complexa de sentidos e sentimentos.

As novas dimensões do mundo trabalho manifesta em sua organização às contradições decorrentes do processo de acumulação capitalista - a informalidade, o subemprego e os baixos salários, que são simultâneas ao seu desenvolvimento evidencia sob a forma de uma profunda exclusão social as novas categorias desse universo e suas graves consequências a classe trabalhadora.

A partir da condição concreta dada pelas mudanças percebidas ao longo da história, os sujeitos adaptam-se a um mundo do trabalho terceirizado, informal e com grande parcela da população à margem desse sistema, questionando assim, a função integradora do trabalho na vida em sociedade. Como cita Castel ao mencionar a complexidade da nova questão social:

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e a uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito. (CASTEL, 2000. p.240)

O processo de transformação tem como elemento central o processo de precarização do trabalho, que dentro do processo histórico surge com a evolução da sociedade salarial que possibilita ao trabalhador/a uma forma de estabilidade e de segurança e se converte a um processo de flexibilização interna e externa com o objetivo de “(...) minimiza o preço da força de trabalho e, ao mesmo tempo, maximizar sua eficácia produtiva.” (CASTEL, 2000, p.247) e esse processo altera o tipo de vínculo dos sujeitos com o mundo do trabalho.

No Brasil, o contexto atual da pandemia escancara faces de uma desigualdade já vivenciada pelo povo brasileiro, cenário que acelera as transformações do mundo do trabalho, reflexo decorrentes dos elementos apresentados por Castel (2000) e Antunes (1999) e aprofundados pelas escolhas políticas e econômicas que estão sendo feitas hoje no país, como o desmonte do Estado, desemprego e precarização, desindustrialização, aumento da exploração dos(as) trabalhadores(as), desmonte das estatais, privatização, reprimarização da pauta exportadora (DIEESE, 2021). A realidade do desemprego aprofunda o número de pessoas em situação de extrema pobreza. E Segundo dados do DIEESE em julho de 2021:

A pandemia aprofundou a desigualdade social, aumentando o número de pessoas em situação de extrema pobreza, segundo dados do Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico). Em março de 2020, início da pandemia no Brasil, havia cerca de 13,5 milhões de pessoas nessa condição, contingente que, em março deste ano, havia aumentado em 784 mil pessoas, o que representa um **crescimento de 5,8%**. (**grifos nossos**)

Assim, nossa realidade parece desvelar “velhos” problemas sociais através de uma perspectiva renovada, entretanto são agora agravados dentro de um contexto de crise sanitária e passam a conviver com “novos” problemas decorrentes do aprofundamento do processo de acumulação capitalista. No ranking da revista Forbes,

indicador das grandes fortunas em dólares no mundo, o Brasil foi o sétimo país a adicionar bilionários à sua população.

Mesmo com a impressionante redução no nível de atividade econômica, a quantidade de operadores na bolsa de valores aumentou em 92%, tendo o lucro líquido de sua operadora (B-3) registrado o crescimento de 53% em 2020. Nesse mesmo ano, o conjunto dos quatro maiores bancos brasileiros de capital aberto tiveram alta de 24,4% no lucro líquido. (POCHMANN, 2021)

E no sentido da manutenção do sistema de poder verifica-se que a pandemia causa efeitos devastadores nas populações mais vulneráveis e empobrecidas como apresentado acima, ao mesmo tempo que, identifica-se um aumento expressivo no número de bilionários durante a pandemia, numa escala global. Ou seja, não é concebível analisar a pandemia sob o mesmo prisma social.

A precarização, isto é, a flexibilização das formas de trabalho, contratação e direitos trabalhistas, resultando na redução de salário e benefícios, tende a suprir a expectativa das organizações em diminuir seus custos com mão de obra e deter menores responsabilidades quanto aos trabalhadores. Se por um lado, há a preocupante ascensão da precarização, por meio de contratos temporários, terceirizações, há, em contrapartida, a crescente corrente individualista, na qual os trabalhadores não reconhecem a si mesmos enquanto classe detentora de poder para unirem-se e lutarem pela conquista e vigência dos seus direitos. Por conseguinte, o mundo do trabalho tem sido um palco de inseguranças, incertezas no emprego, perda de direitos, baixos salários e tempos de trabalhos descontínuos e flexíveis (ANTUNES, 2015; 2018; SÁ, 2010).

4. Construção histórica do flagelo social: a fome no Brasil

“O acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida. Negar este direito é antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida” (Josué de Castro, s/p)

Neste capítulo, o objetivo é debater os caminhos percorridos pelo flagelo social ao longo da história do nosso país. Desde que a fome foi reconhecida enquanto questão social, alguns nomes despontam no debate: Josué de Castro, Amartya Sen e Carolina Maria de Jesus são autores a serem abordados – ou citados de forma direta – dada sua contribuição ao tema. A segurança alimentar do povo brasileiro será debatida a seguir.

4.1 Como ainda vivemos no planeta fome?

Refletir sobre a fome enquanto expressão social nos coloca, de forma direta, a entendê-la como um projeto inerente ao sistema capitalista que tem por premissa a desigualdade. Há a necessidade, do sistema, da categorização de grupos, a divisão de classes e a fragmentação das áreas. Processo que nega a integralidade do humano e não humano que habita a vida. A fome desenha em sua dor a urgência em reconhecer as relações articuladas que engendram desde a produção do alimento até sua distribuição. Portanto, pensar a fome presente no século XXI, quando a violação da dignidade da pessoa humana ainda é flagrante, significa refletir sobre os aspectos éticos, socioeconômicos, culturais, normativos e de relação com o poder, que se apresentam em nosso cotidiano.

O Brasil é historicamente marcado pelas desigualdades no acesso à alimentação. Entre 2004 a 2013, observamos que essa situação se modificava, pela garantia do DHAA e redução expressiva da fome: no período, a proporção de insegurança alimentar grave, que expressa a fome da população, reduziu-se progressivamente, atingindo menor patamar em 2013. A participação ativa do CONSEA sobre a importância do uso de indicadores de SAN no país e o diálogo com o governo federal sobre as políticas de SAN contribuíram para o debate interdisciplinar no entendimento das iniquidades sociais e em saúde, e para redução da insegurança alimentar (COSTA, p. 88, 2022)¹⁸

A pandemia foi um marco histórico, cuja maior preocupação foi a luta por manter-se vivo. Existiram e ainda existem incertezas de todos os lados: desemprego,

¹⁸ CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo - Editora Elefante, 2022.

crimes ambientais, aumento da violência contra a mulher; pessoas sendo despejadas de suas casas, etc. Esses são apenas alguns exemplos dos problemas sociais enfrentados no Brasil de hoje. O direito à alimentação é o mais basilar dos direitos e garantias fundamentais. Porém, ao longo desse tempo, diversas estratégias de controle de mandatário, como as pesquisas da Rede Pennsan, foram aplicadas. Muitos dados em relação à fome vivenciada pelo povo brasileiro foram criados e, como denunciava Josué nos seus escritos da década de 1950, a falta de nutrientes no organismo do brasileiro é de deliberação política, de redistribuição de renda e de manutenção do ciclo da pobreza.

Ainda sobre a pandemia: é certo que ela agravou a situação da fome e acentuou desigualdades, contudo, não justifica nada sozinha: o número de pessoas em situação de extrema pobreza já havia aumentado, entre 2009 e 2020 - portanto, antes da crise sanitária -, em 3%, segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). A taxa de desemprego também já havia atingido mais de 11% em janeiro de 2020. Além disso, com a pandemia, os 10% mais ricos passaram a ganhar 42 vezes mais que os 40% mais pobres nas regiões metropolitanas do Brasil, expondo o aumento da desigualdade (CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO, 2022, p. 108)

Ao considerar a relação entre Serviço Social e a SAN¹⁹, devemos fazer a interlocução entre a política pública que atua o profissional de Serviço Social e o papel da Segurança Alimentar e Nutricional, que dispõe sobre o direito e a sua organização dentro do estado brasileiro.

[...] a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer, no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes majorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública. (IAMAMOTO, 2001, p. 10 – 11)

Dado o recorte do trabalho e das análises feitas, os relatórios da VIGISAN (I e II) são base principal para tabulação e análise de dados nacionais, atuais e históricos. Trata-se de uma pesquisa séria e comprometida com a historicidade da questão, com bases teóricas bem fundamentadas e que acabamos compartilhando.

A fome – eis um problema tão velho quanto a própria vida. Tão velho quanto a humanidade. E um desses que põem em jogo a própria sobrevivência da espécie

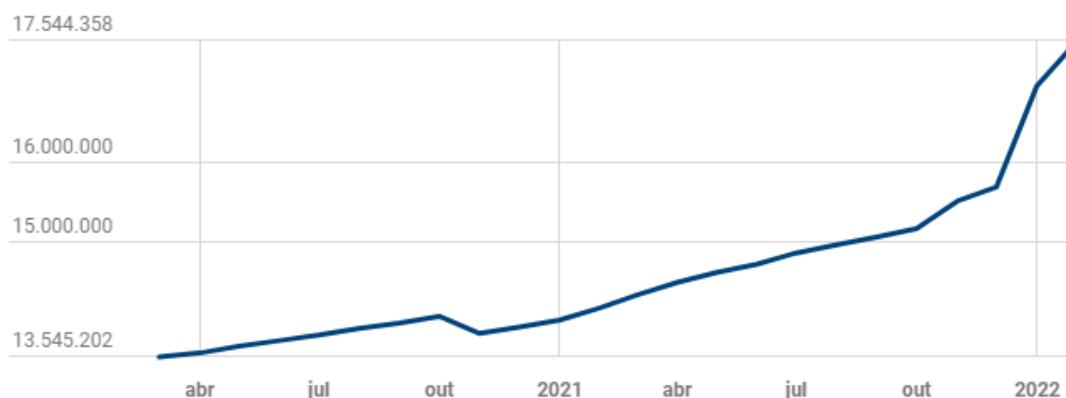
¹⁹ Segurança Alimentar e Nutricional, a ser abordada posteriormente no corpo do texto.

humana, levando em consideração que 17,1 milhões de famílias estão, no Brasil de hoje, em situação de extrema pobreza (MEYER apud CASTRO, 1984; PODER 360, 2022²⁰). Josué denunciou a fome em 1946, porém, ainda que alicerçados no avanço em ciência e tecnologia, hoje mais de 33,1 milhões de brasileiros convivem com a incerteza alimentar.

O número de famílias em situação de extrema pobreza inscritas no CadÚnico saltou 11,8% em 2022. Em fevereiro deste ano (última atualização dos dados no site do ministério), 17,5 milhões de famílias brasileiras viviam com renda per capita mensal de até R \$105. (PODER 360, 2022, não paginado)

famílias em situação de extrema pobreza

dados de mar.2020 (quando a pandemia atingiu o Brasil) até fev.2022 (últimos disponíveis)



fonte: Ministério da Cidadania



*Fonte: Poder 360, 2022, não paginado

Isso quer dizer que, ao longo deste ano, enquanto a pesquisa decorria, os direitos sociais e, conseqüentemente, alimentares foram sofrendo sucateamento, comprovado pelos dados elevados de famílias em extrema pobreza e o desolador e inesquecível 33,1 milhões de pessoas no Brasil de hoje passando fome. Trindade (2012) nos ensina que os direitos sociais são transitórios e que podem mudar de acordo com o contexto em que estão inseridos. Logo, o contexto histórico é capaz de

²⁰ “Número de famílias na extrema pobreza salta 11,8% em 2022”, disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/numero-de-familias-na-extrema-pobreza-salta-118-em-2022/#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20fam%C3%ADlias%20em,mensal%20de%20at%C3%A9%20R%24%20105.>

criar ou extinguir direitos. Pode-se dizer que a cidadania é construída ao longo de um contexto histórico e confere direitos àqueles que possuem status de cidadãos²¹.

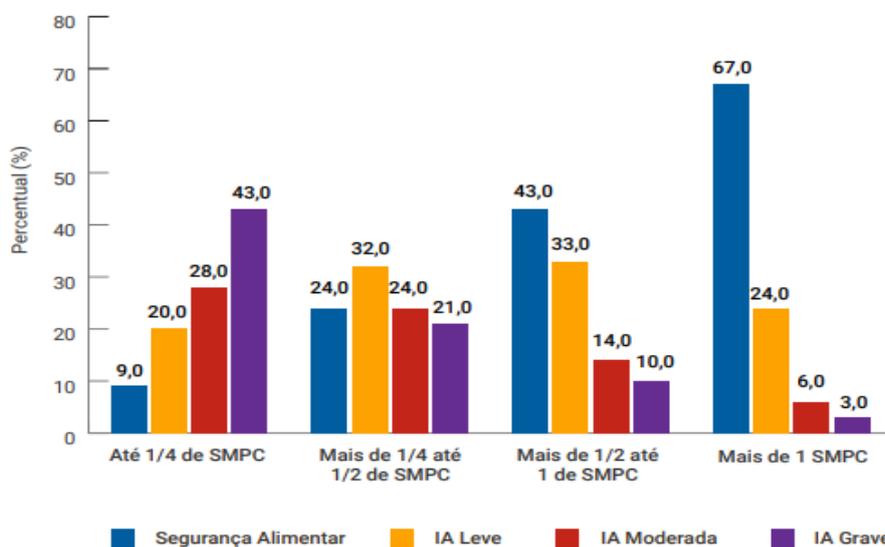
Portanto, na sociedade capitalista, a fome aparece como uma das principais faces da questão social – e de negação da cidadania –, pois sua natureza está articulada aos processos de produção e reprodução de fenômenos como a pobreza e a desigualdade social (DA CRUZ e NUNES, 2019). Sob sua égide, a comida não é produzida para alimentar as pessoas, mas para gerar lucro. Quando não é lucrativo alimentá-las, nós as deixamos morrer de fome. Mesmo quando o trabalho vence a escassez, o capitalismo deve fabricá-la para justificar sua existência. Percebemos, portanto, que a fome não é a insuficiência de produção agroalimentar, mas da marginalização econômica de certas populações.

A intensificação dessa onda deformadora do Estado, em curso desde 2016, impactou direitos sociais, econômicos e ambientais, com incidência especialmente grave no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A má gestão pública da pandemia no Brasil é um fator agravante desse cenário pré-existente (II VIGISAN, p. 22, 2022)

Portanto, pensar na (in)segurança alimentar nos remete a olhar o processo de luta e resistência que historicamente circunda a falta ou o acesso ao alimento e conseqüentemente problematizar as questões que se instauram através da financeirização do alimento, dinâmica que vai desde a produção até a distribuição dos mesmos.

²¹ Cabe destacar a fala do jurista Norberto Bobbio: “Quanto mais aumentam os poderes dos indivíduos, tanto mais diminuem as liberdades dos mesmos indivíduos” (BOBBIO, 1992, p. 21 apud TRINDADE, 2012, p. 155), com isso ele nos explica que os direitos individuais constituem “liberdades”, enquanto os sociais implicam em “poderes”. Logo, a cidadania na sociedade moderna está alicerçada por um conflito entre liberdades individuais e poderes coletivos, o que faz com que o Estado seja forçado a criar mecanismos jurídicos que garantam aos indivíduos uma proteção mínima que lhes permita viver dentro da dinâmica excludente e desigual criada pelo mercado capitalista.

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo as categorias de renda familiar mensal per capita (múltiplos de salário mínimo per capita – SMPC), Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



*Figura 4, II Relatório Vigisan, 2022, página 46.

Como pode ser observado, o rendimento familiar é um bom preditor de SA e dos níveis de IA, e é um indicador adequado para o monitoramento do padrão de acesso aos alimentos na população (VIGISAN, 2022). Em outros termos, podemos dizer que: nadando nas ondas do desemprego desenfreado e subempregos dominantes podemos sim utilizar a métrica de renda como propositivo indicativo de vulnerabilizações.

Outra diferença importante que ocorreu em pouco mais de um ano foi o fato de que, se em 2020 (I VIGISAN) não eram observadas as formas mais severas da IA nas famílias com renda per capita acima de 1 SM (IA moderada ou grave), elas reaparecem no II VIGISAN, em 2021/2022, o que é explicado pela diminuição da IA leve, uma vez que a SA está mantida nesta faixa superior de renda. É evidentemente uma demonstração do empobrecimento e seus efeitos nas famílias de rendimentos médios. (II VIGISAN, 2022, p. 48)

O entendimento de segurança alimentar como sendo “a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna” foi proposto em 1986, na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição e consolidado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994.

É importante perceber que esse entendimento articula duas dimensões bem definidas: a alimentar e a nutricional. A primeira se refere aos processos de disponibilidade (produção, comercialização e acesso ao alimento) e a segunda diz respeito diretamente à escolha, ao preparo e consumo alimentar e sua relação com a saúde e a utilização biológica do alimento. É importante ressaltar, no entanto, que o termo Segurança Alimentar e Nutricional somente passou a ser divulgado com mais força no Brasil após o processo preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996, e com a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998²².

Desde que assumiu a presidência, Jair Bolsonaro mostrou ao que veio: governar para seus interesses, beneficiando seus aliados às custas da população do seu país. Logo no primeiro dia de governo, ele extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Passados três anos e nove meses, já em campanha eleitoral, o atual presidente da república acumula um legado de negacionismo científico, incompetência governamental frente à pandemia mundial, conservadorismo barato, incoerência em seus posicionamentos, dentre tantas outras incontáveis infâmias. Trata-se de um governante que leva o Brasil aos jornais do mundo inteiro por ser o pior presidente da história do país, não requerendo referências específicas pois encontra-se em grande quantidade notícias comprobatórias de cada uma das alegações anteriores.

É importante ressaltar que esta escrita e esta pesquisa se deram no governo Bolsonaro, em épocas eleitoreiras, em que ele fala em rede nacional²³ que os dados da VIGISAN não são verdadeiros, pois alega que não existem instituições de respeito quantificando a fome. Enquanto 24% da população está passando fome, dados que serão expostos e debatidos ao longo do capítulo, é uma responsabilidade política e histórica denunciar o estado de negação de direitos vivido pela sociedade brasileira perante o (des)governo atual. Jair Bolsonaro deveria ser julgado por seus muitos

²² Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o DHAA, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11346.htm#:~:text=3%C2%BA%20A%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20e,respeit em%20a%20diversidade%20cultural%20e.

²³ Fala do presidente Bolsonaro aos jornalistas presentes em coletiva de imprensa, na semana do segundo turno eleitoral.

crimes, dentre eles as mais de 686 mil pessoas mortas por COVID-19, não vacinados, que de 6,4 teriam sido salvos (AGÊNCIA SENADO)²⁴.

Entendemos que a fome não surgiu com o Bolsonaro, nem que seu retorno é somente de sua responsabilidade. Em contrapartida, intensificou-se com força, tendo em vista os cortes orçamentários feitos por seus ministérios, desvios de verbas públicas que, por redesignação, acabariam na ponta hoje sem recurso: as políticas públicas, sejam elas de saúde ou assistência, que foram praticamente destruídas nessa era trevosa. A exclusão social da maioria da população e o controle dos meios de comunicação por uma minoria geram não apenas concentração de bens materiais, como também concentração de bens culturais, juntamente com o acesso à informação.

A promoção da garantia do DHAA passa pela promoção da reforma agrária, da agricultura familiar, de políticas de abastecimento, de incentivo às práticas agroecológicas, de vigilância sanitária dos alimentos, de abastecimento de água e saneamento básico, de alimentação escolar, do atendimento pré-natal de qualidade, da viabilidade de praticar o aleitamento materno exclusivo, da não discriminação de povos, etnia e gênero, entre outros.

Segundo o IBGE (2017),

Arranjos monoparentais femininos com filhos até 14 anos mostram-se mais vulneráveis que o total da população nas dimensões de condições de moradia e de proteção social, sendo que esta última contribui em 26,5% para a incidência ajustada de pobreza de mulheres pretas ou pardas sem cônjuge com filhos pequenos, sendo então importante atenção ao acesso a trabalho formal por esse grupo.

Portanto, na sociedade capitalista, a fome aparece como uma das principais faces da questão social, pois sua natureza está articulada aos processos de produção e reprodução de fenômenos como a pobreza e a desigualdade social (DA CRUZ e NUNES, 2019). Sob sua égide, a comida não é produzida para alimentar as pessoas, mas para gerar lucro. Quando não é lucrativo alimentá-las, nós as deixamos morrer de fome. Mesmo quando o trabalho vence a escassez, o capitalismo deve fabricá-la

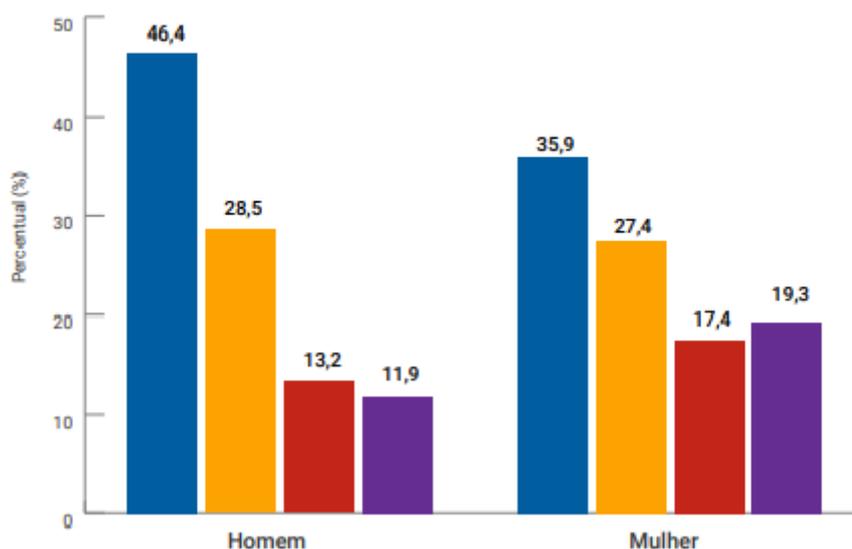
²⁴ De acordo com Pedro Hallal, epidemiologista e pesquisador da Universidade Federal de Pelotas, quatro em cada cinco mortes pela doença no país eram evitáveis caso o governo federal tivesse adotado outra postura — apoiando o uso de máscaras, medidas de distanciamento social, campanhas de orientação e ao mesmo tempo acelerando a aquisição de vacinas. Ou seja, de acordo com suas estimativas, pelo menos 400 mil pessoas não teriam morrido pela pandemia (AGÊNCIA SENADO, 24/06/2021).

para justificar sua existência. Percebemos, portanto, que a fome não é a insuficiência de produção agroalimentar, mas da marginalização econômica de certas populações.

Em um país marcado por grandes contrastes e por uma desmedida desigualdade social, de gênero e étnico-racial, para que todos e todas tenham condições de colaborar para o processo de transformação dessa realidade, é necessário apropriar-se da linguagem e da abordagem dos direitos humanos. Tal abordagem é imprescindível na busca por caminhos efetivos para a garantia da dignidade humana. Problematizar os paradigmas sociais é fundamental na atuação diária e planejada, nos mais variados cenários sociais.

Outro ponto que merece ser destacado no II VIGISAN consiste na relação entre a raça/cor da pele autorreferida da pessoa responsável pelo domicílio e a mudança nos níveis de SA/IA de seus moradores. O racismo no Brasil está presente em diferentes formas e em diferentes contextos, e não deixa de se expressar ao ser analisada a garantia (ou a falta dela) ao direito humano a uma alimentação suficiente e de qualidade (II VIGISAN, 2022, p. 52)

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



*Figura 7, II Relatório Vigisan, 2022, p. 51.

O II VIGISAN (2022) revela diferença importante entre gêneros, indicando que 19,3% das famílias chefiadas por mulheres estão expostas à fome, enquanto esse percentual reduz para 11,9% quando são os homens nessa posição. A diferença é maior do que a observada em 2020, quando as prevalências eram 11,2% e 7,0%, respectivamente.

Nesse quadro, as mulheres têm sido as mais atingidas, elas são historicamente responsáveis pela alimentação das famílias e por isso têm que lidar com o combate à fome, buscando formas de colocar comida na mesa, lidando com a falta de emprego, pois foram as que mais perderam o emprego com as crises e, ainda, enfrentam uma grave ampliação da violência. A juventude, em especial a negra, segue morrendo nas periferias das cidades e sem oportunidades de produzir nos seus territórios. Os povos e comunidades tradicionais têm seus territórios atacados ainda mais, como forma do capital retomar suas taxas de lucro.

O governo vigente segue atacando os direitos da classe trabalhadora, propondo cortar salários dos trabalhadores formais e dos servidores públicos. Reduz o número de bolsas de pós-graduação, enfraquecendo a pesquisa e a produção de ciência e tecnologia. O Brasil tem 212,6 milhões de habitantes, 125,2 milhões são condenados à precariedade, mais da metade da população brasileira. Não se trata apenas de alimentação digna, se trata também de saúde pública e desenvolvimento humano. É preciso defender a segurança alimentar, exigindo a manutenção dos empregos e uma política de renda mínima.

Mas a desigualdade e a pobreza, resultantes da fragmentação social e da exclusão política, que caracterizam o sistema capitalista, continua sendo uma realidade persistente, subsistindo mesmo nos períodos de expansão econômica, dando origem ao descontentamento social e à falta de legitimidade das instituições. As consequências perversas desse modo de vida e produção se reproduzem com muita intensidade, aprofundando as fraturas no tecido social, ampliando em volume e em profundidade as desigualdades engendradas e apontando a impossibilidade de humanização da existência social sob o regime de acumulação vigente imposto. (CHAVES, 2019. p.293)

Vive, porém, a esperança de dias melhores. Com o fortalecimento das políticas públicas de cunho verdadeiramente social, tendo como objetivo a melhoria da população em níveis alarmantes – de alegria – proporcionais aos relacionados ao aumento da fome nos últimos cinco anos.

4.2 Josué de Castro e o mapa da fome - um marco político na discussão sobre fome

Médico, professor, geógrafo, sociólogo e político, Josué de Castro fez da luta contra a fome a sua bandeira. Nascido em 1908, em Pernambuco, Josué de Castro foi autor de inúmeras obras, apresentando ideias revolucionárias para a época, como os primeiros conceitos sobre o desenvolvimento sustentável. Foi um homem que estudou a fundo as causas da miséria em nosso país e no mundo. Ele afirmava que ambas eram frutos de uma sociedade injusta. Não por acaso as suas ideias o levaram a ser reverenciado em todo o mundo, com livros traduzidos em mais de 25 idiomas e duas indicações para o Prêmio Nobel da Paz²⁵. Sua obra mais conhecida é a **“Geografia da Fome”**, obra inspiradora e principal referência para a construção e desenvolvimento deste trabalho.

Para Josué, a fome é a expressão biológica de males sociológicos, intimamente ligada às distorções econômicas (1969). Um fenômeno universal, cuja ação nefasta nenhum continente escapa: toda terra dos homens foi, até hoje, a terra da fome. As investigações científicas, realizadas em todas partes do mundo, constataram o fato inconcebível de que dois terços da humanidade sofrem, de forma epidêmica ou endêmica, os efeitos destrutivos da fome (1967).

A definição de fome, em Castro, é bastante recorrente. Primeiramente, deve-se dizer que quando busca definir fome, fugindo de concepções unilaterais, Castro leva em consideração uma série de fatores. Na Geopolítica da fome, é reservado um capítulo para o que o autor chama de “matizes da fome”. No mundo, segundo Castro (1961, p. 85), a fome apresenta uma série de formas, desde a “fome total, da completa inanição... até os tipos mais discretos das fomes ocultas ou específicas, atuando sorrateiramente, quase sem sinais aparentes”. É a partir dessa afirmação que, antes de começar a descrever a fome no mundo, Josué põe-se, deliberadamente, a caracterizar os tipos de fome (FONTANA, 2009, p. 27).

No prefácio à nona edição de “Geografia da fome”, André Meyer (1984, p. 11) nos provoca a pensar o conceito da fome e suas aparições nos estudos sociais do momento.

No decurso da História, tinha havido, sem dúvida, épocas de fome. Mas isso parecia tão remoto! Continuava a haver fome em certos países. Mas isso parecia tão distante! As guerras às vezes acarretavam a fome. Mas isso

²⁵ Informações retiradas do site oficial da Cátedra Josué de Castro, disponível em: <https://catedrajc.fsp.usp.br/>.

parecia tão raro! Na realidade, sob essa aparente indiferença, havia algo mais do que simples imprevidência e egoísmo. Havia dois sentimentos mais profundos. O primeiro, oriundo da convicção milenar de que os males provocados por flagelos naturais são inevitáveis; o segundo, da ideia de que a própria organização das sociedades comporta desigualdades entre os homens e que estas, por sua vez, são inevitáveis. Para que então pensar no irremediável?

E seguimos:

Um flagelo só é inevitável quando permanece em mistério. Os males provenientes da falta de alimentos continuam sendo um problema, mas já não são um mistério. Foi este o resultado de cento e cinquenta anos de trabalho científico. **Já hoje sabemos em que consistem as necessidades em alimentos. Já hoje sabemos o que é alimentação** (MEYER apud CASTRO, 1984, p. 12)

Na verdade, a fome existe há milhares de anos, o que Josué pontuou e denunciou foi a sua realidade como força social, o conhecimento de suas causas e de seus efeitos na marcha da história. Novo não é o fenômeno, mas sim a persistência pela qual se percebe sua trágica realidade. Antes da publicação de suas obras sobre fome, o tema era tratado como um grande tabu, assunto proibido que ninguém se atrevia a falar. Josué (1946) salienta: “O silêncio sobre a fome é um silêncio premeditado, fruto de nossa cultura ocidental: os interesses, os preconceitos de ordem moral ou política e econômica desta civilização fizeram da fome um tema proibido”.

Portanto, à guisa de defender e de apresentar teorias que refutam a ideia de que “no Brasil fome, FOME mesmo não existe”, e complementando o parágrafo anterior, leva-se em consideração a lacuna temporal, pois sabemos com exatidão as necessidades fisiológicas do corpo. Hoje sabemos e defendemos que, em relação ao acesso ao alimento, no ano de 2022, confirmado por esse trabalho e seus respectivos referenciais teóricos, o Brasil vive uma triste situação de fome após séculos de trabalho acadêmico e político, alavancado pelo autor.

Desta forma, muito embora a fome seja um fenômeno antigo, que aflige nossa sociedade desde a sua formação, e que na atual conjuntura brasileira já tenhamos arcabouço teórico, normativo e jurídico acerca da segurança alimentar e nutricional, **é possível percebermos que, em tempos de crise econômica, a fome volta a assombrar os lares brasileiros e a ser noticiado na grande mídia nacional**, o que pode promover o retorno do pensamento acerca da fome como fenômeno fatalista e inevitável de enfrentamento pelo poder público nesses momentos emblemáticos (DA CRUZ e NUNES, 2019, p. 2 e 3).

O direito humano a uma alimentação adequada está redigido na Constituição Federal de 1988, ganhando espaço no primeiro governo Lula. É um direito consagrado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e faz parte do artigo 20 da LOSAN²⁶. Isso significa, basicamente, ter segurança alimentar, ou seja: poder fazer ao menos três refeições balanceadas ao dia. Sabemos a quantidade exata de nutrientes necessários para a manutenção do organismo e hoje entendemos que qualidade alimentar se mostra de variadas formas, não só em “não morrer de fome”.

Um organismo que não tem acesso a uma alimentação completa e balanceada é submetido a um processo de deficiência crônica e prolongada que debilita e limita a existência básica. Ele perde resistência imunológica, tornando os corpos expostos à mazela, propensos a inúmeras doenças. A fome também impacta a saúde mental, podendo apresentar casos de psicopatia (reacional ou de situação), materialização dos conflitos internos gerados pela fome (CASTRO, 1984) roendo seu espírito, sua estrutura mental, sua conduta social. Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profunda e nocivamente a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição (CASTRO, 1946).

De início, a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e principalmente uma grande exaltação dos sentidos, que se acendem num ímpeto de sensibilidade, a serviço quase que exclusivo de atividades que conduzam à obtenção de alimentos e, portanto, à satisfação do instinto mortificador da fome. Desses sentidos, há um que se exalta ao extremo, alcançando uma acuidade sensorial incrível: é o sentido da visão. No faminto, enquanto tudo parece ir perecendo aos poucos em seu organismo, a visão cada vez mais vai se acendendo, vivificando-se espasmodicamente (CASTRO, 1984, p. 235).

Se, para Josué de Castro, as manifestações da fome eram bastante diversas, suas causas eram diretamente ligadas às estruturas socioeconômicas herdadas do colonialismo. Isso se manifestava claramente no Nordeste açucareiro, onde o êxito do latifúndio e da monocultura produziam a fome, mas também podia ser identificado no sertão nordestino, onde a seca atuava como alavanca para as verdadeiras causas da fome.

Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez (...). Tudo é pobreza, é magreza, é miséria relativa ou absoluta, segundo chova ou não

²⁶ Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abrandh.org.br/downloads/losanfinal15092006.pdf>.

chova no sertão. Sem reservas alimentares e sem poder aquisitivo para adquirir os alimentos nas épocas de carestia, o sertanejo não tem defesa e cai irremediavelmente nas garras da fome (CASTRO, 2008, p. 242)

Para Castro (1965), o caminho mais exitoso para a solução do problema apontado seria uma política alimentar que buscasse equilibrar a oferta e demanda de alimentos em escala mundial, implementando uma política de redistribuição de renda. Isso para que todos pudessem ter acesso à quantidade e à qualidade alimentar diária.

Amartya Sen pontua que a fome se relaciona também ao funcionamento da economia, o que, em outras palavras, nos diz que o que vai nos garantir uma segurança alimentar, é o poder de compra.

Subnutrição, fome crônica e fomes coletivas são influenciadas pelo funcionamento de toda a economia e de toda a sociedade - não apenas pela produção de alimentos e de atividades agrícolas [...] os alimentos não são distribuídos na economia por meio da caridade ou de algum sistema de compartilhamento automático. O potencial para comprar os alimentos tem que ser adquirido. [...] as pessoas passam fome quando não conseguem estabelecer seu “intitlamento” sobre uma quantidade suficiente de alimentos (SEN, 2018, p. 190).

De acordo com o economista Amartya Sen (2010, p. 210), vivemos em um mundo assolado por fome e subnutrição disseminada e por repetidas fomes coletivas. A falta de liberdade para remediar a fome pode levar ao fatalismo e à ausência de tentativas resolutas de sanar os sofrimentos que vemos. Logo,

As fomes coletivas podem ocorrer mesmo sem nenhum declínio na produção ou disponibilidade de alimentos. Um trabalhador pode ser levado a passar fome devido ao desemprego, combinado com a ausência de um sistema de seguridade social que forneça recursos como seguro-desemprego. [...] Uma fome coletiva pode sobrevir apesar de um nível geral elevado ou até mesmo de um “pico” na disponibilidade de alimentos (SEN, 2018, p. 194)

Aponta Sen (2010, p. 211) que, para eliminar a fome no mundo moderno, é de primordial importância entender a causação das fomes coletivas de um modo amplo, e não em função de algum equilíbrio mecânico entre alimentos e população. Em suma, constata-se que o binômio pobreza/fome está profundamente interconectado. A fome é a expressão mais crítica da pobreza (HIRAI e ANJOS, 2007).

Como complemento ao referencial teórico, no Estado da Arte referente ao tema proposto, buscamos fazer pesquisa nos principais bancos de dados nacionais. No

quadro abaixo, expresse os temas transversalizados que foram norteadores da problematização:

	Insegurança Alimentar	Fome	Insegurança Alimentar e Serviço Social	Fome e Serviço Social
Catálogo de Teses e Dissertações	30224	972	271370	246789
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	389	1323	51	112

Leituras sistemáticas relacionadas ao trabalho foram feitas. Nesse sentido, levando em consideração os pontos levantados pela maioria das obras consultadas, a fome não é um fenômeno recente, sua presença é uma companhia não desejada que, contraditoriamente, se tem feito presente e, mesmo nos momentos de maior opulência, descarada ou sorrateiramente, assombra (FONTANA, 2009).

Os estudos encontrados trazem como síntese a questão social expressa na fome como fenômeno decorrente da desigualdade, ressaltando sistematizações políticas concernentes à globalização: está, nos países de capitalismo periférico, cada vez mais difícil ser pobre.

Um dos achados mais relevantes para mim, enquanto pesquisadora, foi uma dissertação relacionada à uma leitura cartográfica de *Geografia da Fome* de Josué de Castro (1946), que confirma e reafirma as palavras do autor nordestino.

Da década de quarenta até a contemporaneidade, a humanidade galgou avanços tecnológicos: da viagem à Lua e da clonagem de seres, chegando à decodificação do genoma humano. A produção de alimentos no Brasil e no mundo a cada ano aumenta a índices superiores às taxas de crescimento populacional. O uso de fertilizantes; melhoramento genético de plantas e animais; avanços de técnicas alternativas de produção de alimentos livres de produtos químicos, fez com que se tenha nos últimos tempos a possibilidade da ampliação da produção a patamares há poucos anos inimagináveis. Entretanto, contraditoriamente, e por mais paradoxal que pareça, os índices a respeito da alimentação não têm tido os mesmos avanços. (FONTANA, 2009, p. 17)

Nas palavras de Fontana, com 13 anos de diferença, encontramos grande parte das denúncias das quais compactuamos, que vão no mesmo sentido da apreensão de Josué feita pelo autor. Assim, com o princípio de pesquisa bibliográfica

realizada e a comparação com os dados nacionais divulgados amplamente nos congressos referentes à fome realizados no mês de junho de 2022 pelo Brasil, percebemos o avanço das situações de fome, não sua contenção. A referida pesquisa, pela qual eu me responsabilizei, foi apenas mais um dos recortes territoriais que, pressupomos, ser capaz de dizer: aqui, no Sul do Rio Grande do Sul, nossa população também se encontra em situação de fome grave e merece ser tratada com respeito pelo poder público, a nível local, regional e nacional.

Repetidamente, Josué afirma a fome como problema humano, como o problema mais intenso de toda a humanidade e, por isso, comum a todos os partidos políticos. Esta dissertação expressa uma vontade de entender o tema estudado em uma história de um porvir, de um mundo, como muito bem expressou Josué, sem fome. Para isso, entende-se ser necessário negar qualquer pretensa neutralidade, e lembra-se de Darcy Ribeiro, no prefácio de sua obra *O povo brasileiro*, quando afirmou: “não procure, aqui, análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira a influir sobre as pessoas” (Ribeiro, 2006, p. 16) (FONTANA, 2009, p. 126).

Ainda em Fontana,

Como tentativa de síntese provisória, afirma-se, ciente da complexidade do tema, que a fome na atualidade está atrelada a uma forma de organização social, onde alguns agentes com discursos e tentativas produzem uma realidade que contraria o proclamado e, por mais que se digam buscar superar a fome, na verdade, acabam perpetuando-a. Assim, as tentativas de combate à fome não atingem o elemento irradiador do problema, por isso, com iniciativas tímidas e esporádicas, até chegam a minimizar a situação, entretanto, jamais se aproximam de uma solução efetiva. (2009, p. 135)

Em 2021, as palavras de Josué fizeram 75 anos, denunciando a fome enquanto um fenômeno social total, não meramente fisiológico. Ou seja, populações são vulnerabilizadas de maneira consciente, visto que enquanto a fome avança, carrega consigo a expressiva intensificação da riqueza de quem, é claro, não sente fome. Questiono: Como é socialmente aceito que 9% da população brasileira sinta as agonias da fome, enquanto 42 brasileiros lucraram mais que todo o custo do auxílio emergencial, uma suba de 72% nos seus lucros? A quem a fome é vantajosa?

A desigualdade social, a histórica concentração fundiária, assim como a monocultura para exportação e nutrição animal são apontados como elementos que impedem o acesso a alimentos para todos neste país. “Enfrentar a fome é enfrentar a pobreza extrema. Na medida em que se coloca a questão da alimentação no âmbito da saúde pública, trilhamos o caminho certo”, disse o economista Francisco Menezes (2018, s/p). Infelizmente, ainda há uma falta de conhecimento, por parte de outros

profissionais, sobre o conceito, papel e importância do Serviço Social na vida das pessoas.

Endossamos as palavras de Josué, pois entendemos que “(...) não se chegará jamais à paz, com o mundo dividido entre a abundância e a miséria, o luxo e a pobreza, o desperdício e a fome. É preciso acabar com a desigualdade social. (...)” (CASTRO apud RODRIGUES, 2004. p. 51-52)

O DHAA começa pela luta contra a fome, mas caso se limite a isso, esse direito não estará sendo plenamente realizado. Os seres humanos necessitam de muito mais do que atender às suas necessidades de energia ou ter uma alimentação nutricionalmente equilibrada. Na realidade, o DHAA não deve — e não pode — ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, ou seja, que o condiciona ou o considera como “recomendações mínimas de energia ou nutrientes”. A alimentação para o ser humano deve ser entendida como processo de transformação da natureza em gente saudável e cidadã.

Entendemos, portanto, que a insegurança alimentar e a fome não devem ser tratadas de maneira unilateral. Logo, quando observamos a fome como um projeto pertencente à estrutura societária capitalista e, nesses tempos pandêmicos, como uma expressão que dilacera a realidade brasileira, imediatamente aquecemos a discussão e a luta pela Segurança e Soberania Alimentar. Tal entendimento deve ser desdobrado em discussão, tendo em vista a estrutura que retira do povo o direito ao alimento, mas também a possibilidade de existir de acordo com suas políticas, estratégias de cuidado e produção da vida.

O IBGE (2018) classifica a insegurança alimentar em três níveis - leve, moderada e grave – da seguinte maneira: **Insegurança alimentar leve**: há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, além de queda na qualidade adequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentação consumida; **Insegurança alimentar moderada**: há redução quantitativa no consumo de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação; **Insegurança alimentar grave**: há redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores do domicílio. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no lar.

Nesse contexto, os conceitos de Segurança Alimentar e Soberania Alimentar necessitam ser debatidos, e carregam consigo uma ambiguidade, pois não têm o

mesmo significado, ainda que abarquem a questão alimentar. E dentre elas, essa é recorrente: qual a diferença entre segurança alimentar e nutricional para soberania alimentar?

O conceito de segurança alimentar foi proposto pela FAO em 1970, com objetivo de defender que a população mundial pudesse ter acesso aos alimentos. No entanto, as configurações históricas conduziram para o cenário da financeirização dos alimentos e sem controle nutricional para o acesso das populações que viviam em situação de fome ou de insegurança alimentar. Como consequência, houve o avanço da produção química e da introdução do agrotóxico nas plantações mundiais.

Segurança alimentar é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem. Para executar essa política, os governos se utilizam de diversos mecanismos: distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de refeições, instalação de refeitórios populares subsidiados, além de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro, como é o caso, no Brasil, do programa Bolsa Família. (STEDILLE e CARVALHO, 2012, p. 716-717)

No Brasil, a exemplo da discussão que ocorre no nível internacional, a segurança alimentar e nutricional está relacionada à fome e às iniquidades sociais que excluem um contingente de 52 milhões de brasileiros aos bens e serviços socialmente produzidos, tais como saneamento básico, educação, saúde, moradia e emprego. (MINISTÉRIO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO e GESTÃO, 2013; IBGE, 2014)

No contexto de SAN, duas dimensões dizem respeito a forma de análise sobre a existência ou não da SAN. A primeira analisa a produção de disponibilidade de alimentos de forma suficiente, estável, continuada, equitativa e sustentável. Já a segunda dimensão, a nutricional, faz relação com a forma que o alimento é preparado para preservar o valor nutricional, consumo adequado, condições de promover a saúde, o acesso a serviços de saúde, prevenção e controles que afetem a saúde, como também oportunidades de desenvolvimento pessoal e social (MARIA et al, 2015).

Soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos. Acredita-se que, em todas as regiões do planeta, por mais diferentes e inóspitas que sejam, há condições de produzir os alimentos adequados para a população local. Portanto, as

políticas públicas dos governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população em geral devem ser direcionadas para garantir os recursos e as condições técnicas necessárias para alcançar a condição de produzir todos os alimentos básicos que um povo necessita em seu próprio território (STÉDILE e CARVALHO, 2012, p. 717, *grifos originais*).

Depois do Brasil sair do Mapa da Fome mundial em 2014, após 10 anos de trabalho do Fome Zero, com uma nova iniciativa na direção ao enfrentamento dessa mazela, a situação começou a se reverter logo em 2015. A crise econômica aliada à chegada de Michel Temer à presidência da República, em 2016, fez com que as políticas de segurança alimentar e nutricional fossem, pouco a pouco, esvaziadas. O Brasil registrou um aumento de 63% nos índices de fome desde 2004, ultrapassando 33 milhões de pessoas sem ter o que comer. Um retrocesso absurdo, fruto do desmonte das políticas públicas que, de certo modo, auxiliavam na manutenção de vida das populações mais vulnerabilizadas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em 2004, 8,2% da população brasileira vivia em situação de insegurança alimentar grave, em outras palavras, passava fome. O número caiu para 5,8% em 2009 e depois para 3,6% no ano de 2013. Saindo da porcentagem, o número de brasileiros e brasileiras que passavam fome, em 2004 era de 14,99 milhões. Em 2009 e 2013 o número de pessoas em situação de insegurança alimentar foi de 11,3 milhões para 7,22 milhões de pessoas. A redução da fome no Brasil foi destaque no país inteiro, pois a Organização das Nações Unidas retirou o Brasil do Mapa da Fome. Segundo dados do relatório da ONU publicado na época, dos “dados analisados, entre 2002 e 2013, caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. A organização aponta também que, entre 1990 e 2014, o percentual de queda foi de 84,7%”, aponta o relatório.

No ano de 2014 o Brasil foi destaque no Relatório de Insegurança Alimentar Mundial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), por ter construído uma estratégia de combate à fome e ter reduzido de forma muito expressiva a desnutrição e subalimentação nos últimos anos. Ainda de acordo com os dados do IBGE, entre 2017 e 2018, a situação da fome piorou. 5% da população brasileira voltou a passar fome, o que correspondia, na época, a 10,28 milhões de pessoas. Após o golpe de 2016, mais pessoas começaram a passar fome.

Lançada em 2003, a estratégia Fome Zero, resultou do processo de participação e mobilização social visando a luta contra a fome, a pobreza e a exclusão social. Essa estratégia é formada por quatro eixos articuladores de proteção e promoção social: ampliação do acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda; articulação, mobilização e controle social (MENEZES et al, 2012).

Com relação às ações do primeiro eixo, que visam ampliar e garantir o acesso aos alimentos, dentre outros programas e ações, propôs-se a criação do Bolsa Família, programa de transferência condicionada de renda destinado às famílias em situação de pobreza, sendo considerado o “carro-chefe” do Fome Zero por executar a maior parte dos recursos orçamentários destinados à Segurança Alimentar (CUSTODIO et al., 2011).

Instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, o PBF foi criado a partir da unificação dos programas de transferência de renda: Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio Gás (Ministério das Minas e Energias), Bolsa Escola (Ministério da Educação) e o Cartão Alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome) (ZIMMERMANN, 2006; CONSEA, 2011).

O objetivo principal do Bolsa Família é a ampliação da cobertura da população mais vulnerável à insegurança alimentar, além da regularização dos benefícios sociais, promoção ao acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional; estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combate à pobreza (BRASIL, 2004; SEGALL-CORRÊA et al., 2009).

O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, no Brasil, revela que 4 em cada 10 domicílios conseguem manter acesso pleno à alimentação – ou seja, estão em condição de segurança alimentar. Os outros seis se dividem entre a preocupação em ter o que comer até os que passam fome.

De acordo com o 2º Inquérito, em números absolutos, são 125,2 milhões de brasileiros que passaram por algum grau de insegurança alimentar. É um aumento de 7,2% desde 2020, e de 60% em comparação com 2018. Desse total de brasileiros, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer, além do mais, 58,7% convivem com

a insegurança alimentar, seja em grau leve, moderado ou grave. Essa realidade fez o país voltar a patamares equivalentes aos da década de 1990.

5. Serviço Social - uma profissão de caráter interventivo

A categoria dos assistentes sociais, articulada às forças sociais progressistas, vem envidando esforços coletivos no reforço da esfera pública, de modo a inscrever os interesses das majorias nas esferas de decisão política. O horizonte é a construção de uma “democracia de base” que amplie a democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos do cidadão, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura. (Marilda Villela Iamamoto)²⁷

Neste capítulo, abordaremos a questão profissional do Serviço Social - seu contexto sócio-histórico, sua localização política no decurso da história brasileira e suas demais intervenções. Ao longo do capítulo também debateremos sobre a pesquisa de campo, os contatos com as usuárias e o relato da profissional. A fome apareceu diariamente no CRAS e endossamos a ideia de que ela é um dos carros-chefe de entrada no serviço, trazendo à tona o debate sobre a pobreza e, no dia a dia, da fome.

5.1. A construção sócio-histórica da profissão

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, regulamentada pela Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993, com alterações determinadas pelas resoluções CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) nº 290/94 e nº 293/94. Os princípios legitimados pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado pela resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993, se constituem como um valioso instrumento de apoio e orientação para Assistentes Sociais.

O Serviço Social é uma profissão de natureza eminentemente interventiva que atua no campo das relações humano-sociais. É uma forma de especialização do trabalho coletivo, socialmente construído. Participa do processo global de trabalho, e tem, portanto, uma dimensão sócio-histórica e política que lhe é constitutiva e constituinte. (MARTINELLI, 2007, p. 21)

Para a autora, o exercício profissional, expressão material e concreta do processo de trabalho da Assistente Social, explicita a natureza interventiva da profissão, cujo fim último é sempre a emancipação social dos sujeitos com quem atua.

A dimensão ética é constitutiva da identidade da profissão, juntamente com as dimensões técnico-operativas e teórico-metodológicas, articulando-se em termos de poderes, fazeres e saberes como mediações da prática profissional

²⁷ IAMAMOTO, Marilda Villela et al. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço Social**, p. 341-375, 2009.

e expressões de nossa práxis humana. Há um fim último que buscamos com nossas ações profissionais e que configuram a particularidade histórica da profissão. Cada um de nossos atos profissionais, até mesmo o menor deles, é dimensionado eticamente, direciona-se à emancipação humana e, portanto, sua vocação “é sempre a humanização da prática profissional” (MARTINELLI, 2007, p. 22).

O Código de Ética reafirma os valores fundamentais: a liberdade e a justiça social. Ele articula a profissão a partir da exigência democrática como valor ético político e normatiza o exercício profissional de modo a permitir que os valores fossem retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população. Assim, preservam-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade de serviços e a responsabilidade diante do usuário. De acordo com nossa Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e com o Código de Ética Profissional, não podemos negar atendimento à população, mesmo numa situação de calamidade pública, em que nossas vidas também correm riscos. No artigo 3º do nosso Código de Ética Profissional, consta que é dever da assistente social, na relação com a população usuária, “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidade” (CFESS, 2020). Tem como direção o saber teórico e metodológico, ético e político e técnico e operativo.

Essas direções em articulação balizam as dimensões analítica, interventiva, ética e política que fundamentam o exercício profissional e garantem a direção social necessária, construídas pelo conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social) e pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

Nesse sentido, o Serviço Social é uma especialização do trabalho, cujo exercício profissional é inserido em um processo de trabalho. É uma profissão inscrita na divisão social do trabalho. Em razão disso, “a divisão do trabalho na sociedade determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas, tão logo o trabalho assume um caráter social, executado na sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 16-18), e se situa no processo de reprodução das relações sociais.

É sobretudo a partir dos anos 1980, quando se deflagra o movimento de “intenção de ruptura” (NETTO, 2005) com o Serviço Social tradicional, cujo solo histórico foi o movimento da sociedade brasileira no “pós-64” – com a emergência dos movimentos sociais, da luta pelo fim da ditadura e, no plano intelectual, do

desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social no Brasil – que, definitivamente, o desenvolvimento da pesquisa na área do Serviço Social encontra o alicerce sociopolítico necessário para o seu desenvolvimento. Até mesmo operando um deslocamento do estrutural-funcionalismo em direção às vertentes histórico-críticas do Serviço Social (IAMAMOTO, 2007, p. 212).

Em torno dessa concepção, profissionais e intelectuais têm empreendido um grande esforço em direção a uma sistematização que possa contribuir para uma condução qualificada das ações profissionais, vinculada ao paradigma crítico-dialético. Portanto, considera-se que o como fazer é peça fundamental para a garantia de uma relação coerente e dialética entre pensamento e ação e, conseqüentemente, para consolidar e legitimar o atual projeto profissional. Nessa perspectiva, torna-se fundamental a apreensão dos elementos que constituem as ações profissionais e de como elas vêm se articulando historicamente no Serviço Social. (MIOTO E NOGUEIRA, 2009, p. 234)

A Assistência Social brasileira está associada ao trato da pobreza, à parcela que sofre processos de vulnerabilização que não se encontra inserida nas relações de trabalho ou inserida de forma eventual e precarizada, incapaz de prover seu sustento. Sua efetivação enquanto direito social, em resposta ao seu caráter historicamente filantrópico, caritativo, clientelista e baseado no assistencialismo religioso, através das Casas de Misericórdia, perdurou até a década de 1940. Entretanto, com alternativas pontuais de proteção social, efetivou-se com a redemocratização do país, no final da década de 1980. Em suas fases, a profissão é introduzida “sob os auspícios da burguesia emergente, como uma estratégia da classe dominante para disciplinar e atenuar os males sociais advindos da expansão capitalista” (TORRES, 2014, p. 2). Ou seja, a profissão deriva das relações sociais que presidem a sociedade capitalista, de caráter distintos fundamentados entre os interesses de diferentes classes sociais e em luta na sociedade.

Seu significado enquanto política de Estado tem seu marco histórico com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que inseriu a profissão no campo da seguridade social, junto às Políticas de Saúde e Previdência Social. Sua base legal sustenta-se na Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS (Lei nº 8.742/93), alterada pela Lei nº 12.435/2011 que dispõe sobre sua organização e operacionalização; na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)²⁸ e na Norma Operacional

²⁸ A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) propõe a assistência social como proteção social não contributiva e deve atender a todos os cidadãos que dela necessite, de forma a atender especialmente àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, respeitando as particularidades e necessidades inerentes ao ciclo de vida. A proteção social, preconizada no SUAS

Básica do SUAS (NOB/SUAS/2006)²⁹ que instrumentalizam sua operacionalização e, finalmente, no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sancionado em 06 de julho de 2011.

Logo, a proteção social básica objetiva prevenir situações de risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. É destinada aos usuários que vivem em situação de vulnerabilização social e/ou com fragilização dos vínculos familiares, tendo como unidade de atendimento os CRAS.

A fim de nos orientarmos, trazemos o Código de Ética do/a Assistente Social, Lei 8662/93, que diz no título III, das relações profissionais com os usuários

Art. 5º São deveres do/a Assistente Social nas suas relações com os/as usuários/as:

a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;

b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;

c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;

d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;

e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;

f- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;

g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;

h- esclarecer aos/às os usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua ação profissional.

O CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) Centro é um dispositivo público, mantido pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social). Foi criado com o

e definida pela PNAS, apresenta-se em dois níveis de atenção: proteção social básica e proteção social especial, que se divide em média e alta complexidade.

²⁹ A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) consolida um sistema descentralizado e participativo da assistência social com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004. Sua normatização se dá com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOBSUAS). A política e a organização da assistência social definem as bases para o novo modelo de gestão da política pública de assistência social, de caráter não contributivo, que se destina àqueles que necessitam dos serviços e benefícios oferecidos. Desse modo tornou-se possível a retomada do movimento reformador, que materializou a assistência social como política pública no campo dos direitos sociais.

objetivo de fornecer apoio e proteção assistencial a pessoas que residem em áreas consideradas de vulnerabilidade social. Uma das atribuições do CRAS é viabilizar o acesso a projetos e benefícios governamentais. Através do atendimento fornecido pelo CRAS nos municípios brasileiros, as famílias que sofrem processos de vulnerabilização recebem orientação para fazer a inscrição no Cadastro Único³⁰, um dos mecanismos de proteção social. O Cadastro Único é um dos principais motivos que levam as famílias a procurar o atendimento na agência do CRAS. Somente com a aprovação neste sistema é possível ter acesso aos programas sociais.

Sendo assim, compreendemos a assistente social enquanto profissional essencial à vida: temos enquanto dever ético a busca pela efetivação dos direitos plenos dos cidadãos brasileiros, sem nenhum tipo de preconceito ou dualismo. Assistentes Sociais exercem uma profissão regulamentada e, em seu cotidiano de trabalho, conhecem de perto as necessidades da população e o território em que atuam. Por serem profissionais propositivas, atendendo não somente à demanda que chega até o setor, mas fazendo busca ativa³¹, conhecendo seu território, conhecendo os atores sociais, conhecendo suas instituições e articulações enquanto coletivo.

A Busca Ativa é uma estratégia para fazer com que os serviços, benefícios, programas e projetos cheguem até as famílias e ao território. É uma maneira de levar informação, orientação e identificar necessidades e demandas das famílias e do território em situação de desproteção social. Os dados levantados servirão para diagnósticos sociofamiliares e socioterritoriais, assim como para o planejamento das ações da rede socioassistencial. (SEDS, p. 6, 2012)

De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) (2009), a busca ativa deve ocorrer através de deslocamento de equipes de referência dos serviços visando conhecer os territórios nos quais vão intervir. Tal conhecimento envolve “[...] contatos com atores e dados

³⁰ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica as famílias de baixa renda, permitindo assim conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. Dessa forma, o cadastro para Programas Sociais possibilita a identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal igual ou inferior a ¼ salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. (FAMÍLIA, 2010, p. 2)

³¹ A busca ativa se apresenta como uma forma de encontrar a população invisível aos olhos das políticas sociais no âmbito da assistência social e materializar a visibilidade, visando a inserção em redes de proteção, focando prioritariamente no alcance do público em situação de extrema pobreza (MDS, 2015).

provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais; campanhas de divulgação, distribuição de panfletos, colagem de cartazes, etc” (MDS, 2009, p. 30).

A educação é direito fundamental e, aqui, falamos em educação num contexto diferente da sala de aula, mas de saber popular, de disseminação de conhecimento, de explanação e debate sobre direitos, deveres, limites e caminhos. Compreendendo isso e a sua importância, a assistente social deve se fazer presente no seu território de atuação, conversando com a população, entendendo seu contexto, pensando em como a expansão da cidade determinou os fatores econômicos daquele lugar e, logicamente, daquelas pessoas. É preciso saber isso, tendo noção da importância política daqueles seres e que eles têm direito de saber os fatores que impactam diretamente as suas vidas.

Segundo a Prefeitura Municipal de Pelotas (2020), conforme os dados da Organização Mundial da Saúde, mulheres compõem 80% das equipes de enfrentamento ao Covid-19 no mundo. Em Pelotas não é diferente: as mulheres representam mais de 86% dos profissionais do setor da saúde do município. Na assistência social, a maioria também é mulher e 90% delas estão na linha de frente das ações de acolhimento de famílias. O combate ao coronavírus, no mundo todo, tem rosto de mulher. E em Pelotas também.

Para Martinelli (2007, p. 23), a assistente social trabalha com pessoas em situação de vulnerabilização que pedem um gesto humano: um olhar, um sorriso, uma palavra, uma escuta atenta, um acolhimento, para que possam se fortalecer na sua própria humanidade. A Assistente Social, ao realizar o seu trabalho de análise de identificação dos problemas e através das políticas públicas de acordo com a lei, procura solucionar da melhor maneira a demanda solicitada. Muitas vezes a doença vem através de problemas psicológicos adquiridos devido a determinadas vulnerabilidades as quais a pessoa possa estar enfrentando. Uma população que consegue ter um trabalho digno, seus filhos matriculados nas escolas, boa alimentação, lazer e inserção na sociedade possui uma autoestima maior e, conseqüentemente, mais saúde.

Este é o compromisso que nos cabe assumir e que somente pode ser alcançado através de práticas interdisciplinares, pautadas em um horizonte ético de humanização e qualidade de vida. Isto exige um contínuo processo de construção de conhecimentos, pela via da pesquisa e da intervenção profissional competente, vigorosa e crítica, alicerçada na Política Nacional de Saúde e no Projeto ético-político do Serviço Social. (MARTINELLI, 2007, p. 24)

O Serviço Social tem sua gênese marcada pelas “[...] demandas sócio-históricas que incidem sobre o enfrentamento das sequelas da questão social por parte do Estado e das classes dominantes, no contexto do capitalismo moderno.” (BARROCO, 2007, p. 73). Portanto, o Serviço Social é uma profissão caracterizada pela necessidade de aprofundamento das relações cotidianas, mas contextualizando-as sempre com a construção sócio-histórica do país e da América Latina. Assim, reiteramos o compromisso ético-político do Serviço Social de responder e atender às demandas do seu local de trabalho, utilizando a perspectiva crítica que o fazer profissional exige e a adequação à realidade social local, regional e nacional.

5.2. A política social como instrumento de intervenção profissional

A conexão entre política social e Serviço Social no Brasil surge com o incremento da intervenção estatal, pelas vias de processos de modernização conservadora no Brasil (BEHRING, 2003). Há, portanto, um vínculo estrutural entre a constituição das políticas sociais e o surgimento da nossa profissão (IAMAMOTO E CARVALHO, 1982).

Nesse sentido, a política social é própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas e age sobre as necessidades sociais básicas das pessoas vulnerabilizadas pelo modo capitalista de produção. É, assim, uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para este. Nesse sentido, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho. Como o capital e o trabalho se constituem nas duas categorias fundamentais do modo capitalista de produção, a política social transita entre ambos e responde às necessidades do capital ao mesmo tempo em que deve satisfazer – com esta mesma resposta – em alguma medida, às necessidades do trabalho. Logo, a política social está o tempo todo trabalhando na contradição capital-trabalho.

A articulação trabalho, direitos e proteção social que configurou os padrões de regulação sócio-estatal do Welfare State, cuja institucionalidade sequer alcançamos, está em crise. São mudanças que se explicam nos marcos de reestruturação do processo de acumulação do capital globalizado e que vem sendo implementadas por meio de uma reversão política conservadora, assentada no ideário neoliberal que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado no âmbito da

produção e distribuição da riqueza social. Faz parte desse quadro a crônica crise das políticas sociais, seu reordenamento e sua subordinação às políticas de estabilização da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora. (YAZBEK, 2001, p. 36)

As políticas sociais são o principal terreno de inserção interventiva da assistente social, utilizando-as para minimizar a vulnerabilidade de seus distintos usuários. Ainda que, nesse momento e sob nossa análise, se coloquem enquanto políticas compensatórias em detrimento da população. Ainda que a oferta de serviços sociais seja um direito assegurado pelo Estado, camadas expressivas da população, nos países de economia capitalista avançada, ainda sobrevivem sem a garantia do mínimo necessário. Compreendemos, portanto, que o trabalho se tornou de mais difícil execução, pois as políticas que ainda estão vigentes sofrem com o processo do neoliberalismo institucional, deixando o arsenal de possibilidades interventivas cada vez menor e incentivando cada vez mais o primeiro-damismo e a necessidade da solidariedade ativa. Isso a fim de reduzir exponencialmente a responsabilização do Estado pela garantia efetiva do Estado de Bem Estar Social, terceirizando aos indivíduos e às famílias suas próprias soluções aos problemas econômicos estruturais.

Dessa maneira, o estudo da política social não deve ser isolado do estudo da sociedade como um todo, deve contemplar todas as suas variações sociais, econômicas e aspectos políticos. O conhecimento prévio essencial para o estudo da política social é o conhecimento das mudanças pelas quais passa a população: conhecimento do passado, presente e prognóstico futuro; reconhecimento da família como uma instituição; conhecimento do papel da mulher, da estratificação social e os conceitos de classe, status e mobilidade social; conhecimento das mudanças sociais. Inclui, ainda, os efeitos da industrialização, urbanização e condições sociais, conhecimento da estrutura política, das relações industriais, das minorias, dos grupos raciais, do controle social e assim por diante.

O processo de institucionalização do serviço social como profissão dentro da divisão social e técnica do trabalho encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado, que viabilizam a expansão do mercado de trabalho para estes trabalhadores especializados (IAMAMOTO E CARVALHO, 1995, p. 82).

As políticas públicas surgem através da organização e mobilização da classe trabalhadora, que reage à exploração de seu trabalho provocando o Estado a intervir de forma que apresente respostas e estratégias às sequelas que surgem pelos conflitos e choques decorrentes do modo de produção capitalista que na época provocou o empobrecimento maciço dos primeiros trabalhadores que se concentravam nas zonas industriais.

A compreensão das políticas públicas parte, assim, do pressuposto de que estas surgem a partir do reconhecimento de que existe um problema e que este deve ser solucionado ou, ao menos, mitigado pelo governo. Ao longo da história brasileira, essas disputas e tensões na tecnopolítica da fome, na produção desta enquanto um objeto de atenção e gestão institucional, promoveram mudanças tanto na forma de encarar esse fenômeno como nos mecanismos encontrados para combatê-la.

A tendência atual das políticas públicas é a privatização e mercantilização dos serviços públicos, particularmente dos programas de renda mínima de sobrevivência. Nesta perspectiva, os investimentos em programas assistenciais focalizados e condicionados se fazem em oposição aos gastos com políticas sociais universais. Tais investimentos estão longe de indicar um novo modelo de desenvolvimento social para o Brasil e demais países latinoamericanos, mas têm sido úteis na dinamização dos mercados internos, na legitimidade social da classe dominante e na administração dos conflitos sociais (MOTA, 2012).

Assim, no caso latino-americano, é parca a fração do excedente econômico do capital utilizado para sustentar o financiamento das políticas sociais. Por esse motivo, a grande maioria das alternativas estratégicas para a expansão das garantias e direitos sociais no continente sempre atendeu à intensa e demorada luta política das massas. A concreta intervenção estatal, por meio de políticas sociais, e qualquer possibilidade de conquista social que pudesse significar melhoria nas condições de vida do povo latino-americano sempre foram produtos da luta de classes. A insurgência, a insubmissão, as lutas e demais processos políticos também foram uma constante no desenvolvimento da América Latina. (PAIVA, ROCHA e CARRARO, 2010, p. 165)

Nesse sentido,

Nota-se que as políticas sociais possuem naturezas contraditórias atendendo aos interesses do capital e do trabalho. A previdência social não é diferente. Entre suas funções, encontram-se as de proteção aos trabalhadores em situações específicas, mas, também, as funções de aquecer a economia, ampliar o consumo, formar poupança interna, ampliar o crédito, entre outras que favorecem ao capital. Estas funções são alargadas ou inibidas conforme

sejam as características estruturais do capitalismo, a correlação de forças e os papéis preponderantes do Estado. Na cena contemporânea, em que a dinâmica da vida social tem sido presidida pelo darwinismo social que expressa a luta desenfreada do capital, em grande parte absorvida pelo Estado para conter a tendência de queda da taxa de lucro, ganham forças as funções favorecedoras do capital em detrimento da proteção social. Isso imprime à previdência social a tendência de distanciamento da universalidade, da equidade na participação do custeio e associam a sua feição ao seguro privado. (SILVA, 2015, p. 148)

Assim, o “modelo” é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais (YAZBEK, 2001).

O Estado brasileiro, hoje, é um Estado que anuncia em seu Plano Diretor que não assumirá tarefas que a sociedade possa assumir. É um Estado no qual as questões relativas à pobreza e à exclusão social são alvo de uma ação estatal irregular e tímida, apenas suficiente (ou nem isso?) para minimizar as consequências negativas dos programas de ajuste estrutural. (YAZBEK, 2001, p. 37)

Trazendo a questão para termos mais concretos, em que a assistente social trava o embate a que se propõe: o de construir um projeto ético/político na direção de outra sociabilidade que não a capitalista, procurando a soberania de vida aos nossos povos, com dignidade e direitos mínimos sociais efetivamente garantidos, fora do papel e do discurso. É importante que o Serviço Social invista em suas instrumentalidades, procure conhecer os usuários de seus serviços e tenha capacidade de contextualizar os efeitos de um Estado fraco, que não cumpre com sua função e terceiriza a responsabilidade, personificando e punindo os sujeitos, sem dar a mínima importância ao contexto vivido. A realidade é bem diferente dos escritos romantizados e das falas polidas que costumeiramente fazemos na academia. A fome e a exclusão social tem cor, o padrão de vidas importantes é bem delineado e defendido pelo poder público. “Não podemos esquecer que esse homem convive com o caminho da desesperança, viu os últimos redutos de sua dignidade” (YAZBEK, 2001, p. 38).

Pela primeira vez na história registrada, a *pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que se dispunham anteriormente. (NETTO, 1992, p. 42, grifos do autor)

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem como marco doutrinal a centralidade na família e tem no território a sua rede articulada, com sua cobertura, suas potencialidades e particularidades, com sua integralidade e intersetorialidade. No território é que se expressam as desigualdades sociais, mas também é lá que se encontram as potencialidades para o enfrentamento dessas desigualdades através de uma gestão planejada, com compromisso do poder público. Um dos caminhos que se apresentam, para além do partilhamento de saberes e vontades, são as questões concretas que mobilizam as pessoas. Elas criam o espaço possível de interação e de ação. As políticas sociais públicas latino-americanas no século 21 têm duplo desafio: superar suas heranças do século 20, sob a conjuntura do modelo neoliberal, e confrontar as desigualdades sociais e econômicas de forma a garantir a universalidade e a equidade de direitos humanos e sociais, tornando-os alcançáveis para os que permanecem precarizados em suas condições de vida, trabalho e cidadania (SPOSATI, 2011).

Segundo Couto, Yazbek, Raichelis (2011, p. 68) a definição do perfil do usuário dos serviços socioassistenciais é “determinado pelas transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, que reconfiguram as relações entre trabalho e reprodução social, pressionando o Estado a ampliar suas políticas sociais”. Este cenário favorece a estruturação de uma sociedade de desiguais e o gozo dos direitos se concentra naqueles que detêm o capital. A sociedade capitalista nega oportunidades iguais aos indivíduos e dessa forma reforça e mantém a submissão. Em muitos casos, os trabalhadores, mesmo exercendo alguma atividade laborativa, normalmente na informalidade e/ou com baixa renda, são incapazes de ter acesso aos recursos básicos que lhes proporcionaria uma qualidade de vida digna.

A assistência social, por meio do SUAS e reafirmada pela PNAS, não só tem a preocupação de prover as necessidades materiais do indivíduo, como também contribuir com a efetiva e concreta situação de direito da pessoa, apresentando um cenário que desafia o indivíduo a conquistar a sua autonomia, com acesso às informações e condições de usufruir da convivência familiar a qualquer que seja o arranjo dessa família, e também comunitária, saudáveis ao desenvolvimento humano e intelectual, além de ter oportunidades de participação e conseqüentemente de realizar o seu desenvolvimento humano e seu protagonismo social.

Contudo, há de se ressaltar que o próprio descaso com uma política que deveria garantir direitos sociais de forma universal, por meio do atendimento das necessidades sociais, é também, uma estratégia política, uma vez que o não planejamento estratégico afeta negativamente as condições de trabalho e a consolidação do Sistema e precariza os recursos humanos que o operam.

É nítido que os mais atingidos pela pandemia são a parte vulnerável da população, que por estar nessa condição, não possuem o básico para o enfrentamento da mesma, em muitos casos não havendo nem saneamento básico ou água potável se quer para tomar, quem dirá para lavar as mãos. A Assistente Social deve se reconhecer enquanto profissional crítica, isto é, ser capaz de contrapor as questões políticas arbitrárias que influenciam na vida cotidiana da população, compreender os posicionamentos do presidente da nação, dos governadores. Ser capaz de fazer uma análise de conjuntura quase que a todo dia, ter consciência de que o viver está mudando a todo instante, e o direcionamento da nossa vida, por parte do governo, também. Saber o que está acontecendo no país e reconhecer os resquícios do desgoverno na sobrevivência dos povos. A profissional precisa saber quais são os direitos negados, dar rosto aos afetados e pensar em como minimizar isso, responsabilizando o Estado pelos direitos mínimos de vida. O Estado, que deveria prover proteção social, encarrega-se de administrar a precariedade. Na visão de Braga (2012, p. 16), “[...] entendemos que, em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial”.

Em diferentes situações precisamos expressar que caminhamos profissionalmente junto aos nossos usuários, “sem deixar de lado os que vão mais devagar”, levando em conta o papel estratégico da comunicação e da informação para mostrar que não se está só na luta. Nesse âmbito evidencia-se a relevância da dimensão cultural e política do exercício da profissão. (YAZBEK, 2014, p. 687)

A política de Assistência Social, que também compõe o tripé da seguridade social, vem sofrendo nos últimos anos. Como exemplos, temos os cortes financeiros, o que representa consequências diretas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como fechamento de unidades e demissão de suas trabalhadoras.

No campo da assistência social, o governo federal anunciou, em setembro de 2017, um corte de 98% para o orçamento de 2018 que, mesmo sob fortes pressões, retrocedeu para cerca de 50%. Este cenário de regressão já vem

sendo implementado nesse período por meio de cortes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e de beneficiários/as do BPC, por meio de fiscalizações e perseguições à população mais empobrecida. (CFESS, 2017, p 2)

Logo, não se deve concluir que a política social concebida de qualquer forma é necessariamente beneficente ou orientada para o Bem-Estar da população como um todo. Isto é, orientada para prover melhorias para os mais pobres, para a classe trabalhadora e demais grupos marginalizados. Uma política social redistributiva pode redistribuir o comando sobre recursos materiais e não-materiais do pobre para o rico; de um grupo étnico para outro; da vida ativa para a velhice. Ou seja, a política social não é necessariamente voltada para garantir direitos àqueles que mais precisam, ela pode, por exemplo, piorar a situação da classe trabalhadora, terceirizando uma responsabilidade estatal para o punitivismo pessoal e meritocrático.

Historicamente, nos colocamos enquanto profissionais contra-hegemônicos, posicionando-nos a favor da classe trabalhadora, verazmente vulnerabilizada, objetivando a responsabilização do Estado para com seus indivíduos. A fome, como abordada anteriormente, é objeto de trabalho da assistente social. É uma das expressões da questão social mais latentes no momento, e mais atrelada à questão financeira do país, que, amparada pelo momento oportuno do neoliberalismo instaurado, torna cada vez mais abissal³² a distância entre ricos e pobres ou, em outros termos, entre os matáveis e os que decidem sobre.

Nós, assistentes sociais, uma categoria composta por maioria de mulheres, assumimos com garra o **compromisso ético-político de defender a vida**, denunciar e se colocar contra as injustiças, opressões, preconceitos e discriminações. Seguimos lutando por melhores condições de trabalho e de salário, por assegurar a nossa autonomia profissional, pelo respeito aos nossos direcionamentos éticos e técnicos. Tomamos a tristeza dos dias como o fermento para nossa labuta diária, contra os autoritarismos das instituições, e nos apegamos às conquistas históricas da profissão no Brasil, reafirmando o projeto ético-político profissional, ainda que os tempos sejam desafiadores. (CFESS, 2022)³³

³² As **Epistemologias do Sul**, cunhadas por Boaventura de Sousa Santos (2007) surgem diante da visão que o mundo é variado e diversificado em relação às culturas e saberes, mas que no decorrer da história da modernidade se sobrepôs uma forma de conhecimento pautada no modelo epistemológico da ciência moderna, desconsiderando os outros saberes. Assim, essa ação de sufocamento das demais epistemologias e suas culturas acarretaram o que o autor chama de epistemicídio. A saber: SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, p. 71-94, 2007.

³³ Não paginado. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1870>.

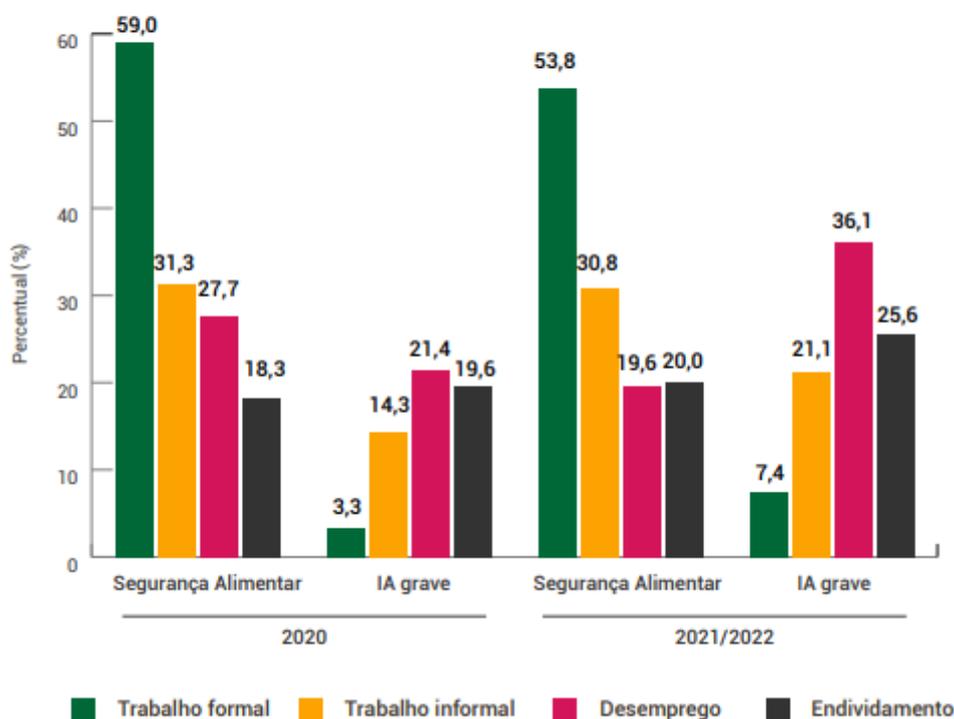
Logo, compreende-se que a fome é um fenômeno social, agravado pela aceleração do modo de produção capitalista em desfavor da classe trabalhadora. A defesa do direito à alimentação deve ser absorvida como uma das responsabilidades da profissão, haja vista que o problema também é uma expressão da questão social.

A opção por um projeto profissional que construa outra ordem de sociedade é afirmado pelo exercício profissional, que no caso do DHAA, perpassa por compreender o saber generalista da profissão e a capacidade crítica e investigativa na atuação cotidiana. As assistentes sociais têm a condição de mediar a relação capital trabalho e trazer para o público atendido nas políticas públicas, a reflexão sobre o porquê das expressões da questão social e a importância das lutas sociais. (DE JESUS et al, 2018, p. 199)

A insegurança alimentar está diretamente relacionada a fatores socioeconômicos, culturais e demográficos, reforçando a necessidade de os estudos contemplarem essas variáveis, para que se tenha caracterização mais abrangente dos fatores que afetam a segurança alimentar (IBGE 2010b). Compreende-se que a SAN não se restringe apenas a disponibilidade do alimento no domicílio, mas, sobretudo da permanência de acesso, abrangendo a segurança das relações que o indivíduo e o coletivo têm com o alimento (FREITAS; PENA, 2007).

No II VIGISAN, prosseguiu-se com a busca por compreender a relação entre a concessão de benefícios sociais – aposentadoria, PBF/Auxílio Brasil e BPC, assim como o acesso a políticas e ações públicas voltadas à SAN – como o PNAE e restaurantes populares, e os níveis de SA/IA. O recebimento de aposentadorias via INSS, no período da pandemia da Covid-19, possibilitou a garantia de acesso permanente à renda para uma parcela da população. Nos domicílios com, pelo menos, um/a morador/a aposentado/a, houve maior percentual de SA (46,5%) e menor de IA grave (11,9%). Nos domicílios onde não havia moradores recebendo aposentadoria, mais de 30,0% estavam nas formas mais graves de IA (IA moderada: 14,6%; IA grave: 16,7%). (II VIGISAN, p. 62, 2022)

Comparação (em%) da Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar (IA) grave, segundo a relação de trabalho da pessoa de referência do domicílio, entre o I e II VIGISAN, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



*Figura 25, II Relatório Vigisan, 2022, página 83.

Ou seja, o II VIGISAN comprova como a provisão de uma renda mínima é capaz de diminuir os níveis de desigualdade e, conseqüentemente, de fome no país. Além disso, a garantia da disponibilização e do funcionamento dessas políticas e programas perpassa pelo atendimento social, que encontra diariamente questões sociais graves no serviço público. Com isso, queremos salientar a importância de estarmos em campo, de colocarmos o conhecimento em movimento, sendo capazes de levantar e esgotar questões que acabam não sendo possíveis para a profissional - haja vista a precarização do trabalho que as trabalhadoras referidas sofrem nos seus processos diários.

Retomamos a fala do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, na proposta de cartilha do Setor de Mobilização Social – Mobilização e educação cidadão: vamos fazer o que será” – quando diz

“O Programa Fome Zero é uma oportunidade que o Brasil dá para si mesmo. Não será um milagre de um presidente da República. O governo não precisa saber, não quer a paternidade do resultado. Se alguém quiser fazer alguma coisa, por amor de Deus, faça. Não fique esperando pelo governo. O governo

não quer ver a cor da semente, quer ver o resultado que essa semente vai dar, se a sociedade brasileira assumir para si a responsabilidade de acabar com a fome no nosso país.” (Presidente Luís Inácio Lula da Silva, não paginado)

E defendemos a renda mínima como um projeto de solução imediata, capaz de reverter as condições degradantes no dia a dia das famílias, garantindo alimentação e saúde, e esperamos a volta do Fome Zero, pensado e projetado para a conjuntura atual, para que saíamos do vergonhoso mapa da fome – mais uma vez, pela luta do movimento popular e mãos do presidente Lula.

6. As dores da pesquisa empírica

“A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca ou garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes” (**Karl Marx**, Prefácio de Para a crítica da economia política).

No próximo capítulo, traremos parte da pesquisa empírica: parte, pois os olhares afetuosos e vozes embargadas que vi e ouvi, são impossíveis de colocar em palavras. Mas, como abordado no projeto de pesquisa apresentado e aprovado, que resulta nesta dissertação, reafirmamos a ideia de que fazer da presença um ato político e sensível é um compromisso da pesquisa social. Aparecerão, portanto, o que chamei de “dores da pesquisa empírica”, pois falar em fome com pessoas que passam fome foi bem delicado e mexe com inúmeros sentimentos, seja para quem responde quanto para quem pergunta.

6.1 A insegurança alimentar no território do CRAS

A fome fere a dignidade da pessoa humana e refletir sobre ela é uma urgência no Brasil contemporâneo. Logo, somente os tensionamentos sobre a questão e a análise detalhada, sensível e comprometida, de todos os ângulos necessários, é capaz de promover ações efetivas no sentido de combater e/ou amenizar as disparidades resultantes da pobreza (SEN, 2018). Cabe destacar que os diversos fatores que compreendem a alimentação sofrem modificações de acordo com o arranjo sociopolítico e econômico da sociedade.

Estando no CRAS tive trocas incríveis - em conversas extremamente dolorosas. A partir daqui, então, as entrevistas aparecerão e os nomes dados para todas as participantes serão fictícios, como forma de humanização das palavras que traduzem dores sentidas por alguém. O capítulo também será escrito em primeira pessoa: ainda que esse trabalho tenha sido construído a muitas mãos, pois toda rede de apoio faz parte do resultado final, a pesquisa de campo foi realizada entre a pesquisadora principal e quem aceitou participar, logo, a caracterização de muitos sentimentos deve ser feita de dentro pra fora - um impulso singular.

Foram realizadas entrevistas com as trabalhadoras que se propuseram a participar da pesquisa (assistente social / coordenadora / secretária). A escolha das

entrevistadas partiu do contato pessoal, inicialmente com a coordenação, para que fossem indicadas usuárias e trabalhadoras que apresentassem interesse explicitado em situações de debate sobre as condições de insegurança alimentar, e apresentassem disponibilidade de refletir sobre o tema.

Os documentos apresentados aos participantes antes da realização da entrevista foram: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Católica de Pelotas (CEP/UCPel); Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o instrumental de entrevista.

Após apresentação e tiradas de dúvidas foi iniciada a coleta de dados mediante assinatura do TCLE. No levantamento de dados, o foco esteve no conjunto de informações de cada participante, pois considera-se que cada entrevistado é parte integrante da totalidade (de usuárias do SUAS), da classe trabalhadora (de trabalhadoras do SUAS) e tem características em comum e também particulares que os singularizam e que serão ressaltadas no instrumento proposto (entrevista não-diretiva). A realização da pesquisa teve o parecer favorável do CEP/UCPel, de acordo com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que dispôs sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. Na convicção de que o estudo é qualitativo, não foi pela frequência de um elemento específico, nas falas das entrevistadas que a investigação foi direcionada, mas sim no significado do que se fala e na implicância que determinado elemento das condições de trabalho (da profissional) e nas condições de vida das participantes.

A análise de dados nos propiciou estudar os acontecimentos históricos dos sujeitos, a partir do contexto social que cada um se insere, pois, avaliamos que cada indivíduo apreende de forma única e as suas experiências dão contorno ao seu modo de vida. Dessa forma há de se considerar esses aspectos que, de certo modo, os influenciam a realizarem as suas escolhas conforme as mudanças vão ocorrendo na sua trajetória de vida e no grupo que pertença.

Ancoramos o foco de nossa atenção nos aspectos subjetivos da consciência dos atores desse trabalho, sendo essa, a forma pela qual atingimos o nosso propósito, a partir da decomposição e recomposição dos elementos que consideramos principais na fala das entrevistadas e através dos eixos estruturantes empregados para esse fim nos foi possível orientarmos a nossa análise. Lembrando que, são pelos elementos contraditórios que procuramos estudar os fatos e encontrar aquele elemento que tenha contribuído para as transformações que provocaram, de alguma forma, o

desenvolvimento humano desses sujeitos socialmente constituídos e que dar-se-á continuidade ao seu processo histórico.

Como todo conhecimento é transitório e responde a um determinado momento histórico, o resultado obtido em uma investigação também assim o será, podendo dar origem a novas indagações ou até mesmo ser modificado em função do desenvolvimento social ou científico. É o que pretendemos com este estudo, já que não temos a aspiração de esgotarmos o assunto, ao contrário queremos instigar a realização de novas pesquisas.

O CRAS se localiza na rua Gonçalves Chaves, número 407, ao lado da Universidade Católica de Pelotas. Sendo uma localidade central, o território abrange aproximadamente 5000 usuários, em grande maioria recicladores, moradores dos arredores, sem casa, sem acesso à saúde, com nível educacional de ensino fundamental incompleto, com sua realidade constantemente negada e posta “pra baixo do tapete”. Confirmam que 90% dos usuários não se encontram em insegurança alimentar leve, mas grave, fazendo, quando possível, uma refeição ao dia. O CRAS recebe 30 sacolas por semana, mas só pode liberar uma mensal por família.

A equipe, atualmente, é composta por uma assistente social e uma psicóloga — as profissionais aposentadas e contratos finalizados não foram substituídas —; e conta também com uma coordenadora, que é assistente social e eventualmente precisa fazer atendimentos também. O atendimento é ordenado por fichas e, dada a sobrecarga da única assistente social ser responsável pelos atendimentos — sejam eles marcados, telefônicos, institucionais ou demanda espontânea —, são liberadas 6 ou 7 fichas para cada profissional. A secretária, atualmente, cursa Serviço Social e relata um grande aumento da busca por auxílios.

Dados como esses demonstram a permanência do intenso distanciamento entre ricos e pobres no país e, com este, o agravamento da concentração de renda, que “[...] favorecem a manutenção e ampliação de lucro para o setor financeiro e provocam contenção dos recursos destinados às políticas sociais, em especial à seguridade social” (BOSCHETTI, 2010, p. 77).

Marília, a profissional com quem tive contato, relata a intensificação da procura pelos serviços do CRAS. Pessoas que antes possuíam emprego e renda, com graduação e pós, antigamente donas de seus próprios negócios, hoje estão desempregadas e sentem-se constantemente humilhadas, pois há a precarização do serviço ofertado. Há uma constante privação do Estado Mínimo de Direitos, a qual se

materializa dentro do serviço, com a profissional não tendo recursos, políticas e condições mínimas de intervenção. Somos o contato direto com essas pessoas, a estatização da garantia dos seus direitos, mas, internamente, a conjuntura impossibilita que mais seja feito.

Recorda dos anos da graduação e retoma os princípios básicos do Serviço Social enquanto profissão, quando diz que “não estudou quatro anos pra liberar sacola”, mas acaba sendo uma das ações recorrentes no CRAS. Sendo apenas ela de profissional referência no serviço, Marília não consegue dar acompanhamento na maioria dos seus referenciados. Busca ativa é humanamente impossível, já que as demandas espontâneas não param de chegar e seria até mesmo constrangedor deixar a população sem atendimento.

É nítida a precarização do trabalho sofrida por essa profissional, que, em muitos dos dias que eu estive lá, esquecia de alimentar-se, consumida pela demanda intensa do serviço e da solidão da atuação sem uma equipe e a responsabilidade desmedida que carrega, sendo a única responsável pelo território. Ela sabe que lida com vidas e a frustração por não conseguir desenvolver projetos e ações outras com os usuários do serviço se torna, em muitos momentos, deprimente.

As vulnerabilidades encontradas no/pelo serviço são muitas, pois é frustrante a verba direcionada à Assistência Social, que não garante possibilidades interventivas. São tempos tristes e as palavras aqui descritas também carregam essa dor. Gostaria que fossem carregadas de esperança, em busca de novas instrumentalidades, de novas formas de diálogo, de novos sentidos profissionais. Mas, com esse recorte, percebemos que as dificuldades impostas, realmente, se intensificaram grandemente. É desumano o que a categoria sofre, lidando diariamente com essas dores viscerais e essa realidade que precisa, por muitas vezes, de uma longa ação assistencial.

Estar no CRAS foi muito intenso, pois colocou em contraposição as ideias de teoria e prática, seja para o Serviço Social e sua atuação específica, como a ideia que se tem de nossos serviços públicos e como eles funcionam, por muitos momentos excluindo da equação a vida daquele trabalhador e as suas condições laborais. Defendemos a autonomia dos usuários, que eles tão logo não precisem ser assistidos. Mas isso tem sido uma possibilidade? Os números aumentam, as pessoas na porta aumentam, a fome aumenta. A verba estatal não. O que podemos fazer, quando não nos possibilitam condições de trabalho?

A luta política por direitos sociais está intimamente ligada aos direitos trabalhistas da Assistente Social: se existem programas/projetos, existe autonomia de intervenção, e mais que isso, existe verba, essencial para garantir a manutenção e qualidade dos serviços oferecidos. Os últimos anos foram anos de cortes nas verbas sociais, o que ampliou exponencialmente as buscas pelos serviços de proteção social nas cidades. A cidadania, os direitos sociais e os desdobramentos em ações governamentais são conquistas da classe trabalhadora. Ainda que distante da ordem de sociedade idealizada no nosso projeto ético político, ao desconsiderar este esforço que o povo brasileiro imprimiu na agenda política as suas demandas, o profissional corre o risco de através do ecletismo arriscar-se a não valorizar a luta pela alimentação enquanto um direito social.

O CRAS Centro da cidade de Pelotas é um dispositivo social mantido pela Prefeitura de Pelotas. Suas funcionárias e funcionários são concursados e/ou contratados. Dessa forma, podemos e devemos responsabilizar a prefeitura pela não reposição das QUATRO profissionais faltantes no corpo técnico do serviço – sem contar os oficineiros, que o serviço também deveria contar. A precariedade do serviço está imbricada às politicagens inerentes às contratações na cidade – sabemos que os processos não se dão de maneira exatamente “justa” e quem paga o preço, sempre, é a população.

Ao considerar o compromisso da profissão com a sociedade e a luta contra a fome, é necessário compreender que o direito à alimentação é fundamental enquanto um direito humano, pois garante o direito à vida. Para tanto, é imprescindível a defesa da democracia, a participação da categoria nos movimentos sociais, nos espaços de controle social e no diálogo da população sobre as políticas públicas. É primordial a valorização desta agenda positivada pelas lutas sociais e pelo incansável debate sobre a riqueza socialmente produzida.

Desse modo, é uma responsabilidade ética com a pesquisa trazer ao debate esse incômodo e atual tema para o Serviço Social e os Direitos Humanos. A indispensável complementaridade entre as instituições públicas ao longo da história e, conseqüentemente, a responsabilidade social inerente a nós pesquisadoras revelam por si só a importância do debate ao qual nos propomos. “Outro aspecto do nosso trabalho é apoiar as resistências cotidianas das classes subalternas em nossa sociedade” (YAZBEK, 2014, p. 687).

Se entendermos que, no contexto de crise e na nova ordem das coisas, está em disputa uma direção social para a sociedade brasileira, cabe interferir na construção dessa direção em que a medida seja os interesses e as necessidades das classes subalternas na sociedade, como tanto tenho afirmado. Cabe construir sua hegemonia, criar uma cultura que torne indeclináveis seus interesses. Para isso é preciso enfrentar desafios e nos desvencilhar de certas determinações e de certos condicionamentos impostos pela realidade socioinstitucional em que estamos inseridos e de algum modo limitados por ela. Nossa relativa autonomia profissional, como sabemos, está sempre no olho do furacão... E, embora saibamos que escapa às políticas sociais, às suas capacidades, desenhos e objetivos reverter níveis tão elevados de desigualdade, como os encontrados no Brasil, não podemos duvidar das virtualidades possíveis dessas políticas que podem ser possibilidade de construção de direitos e iniciativas de “contradesmanche” de uma ordem injusta e desigual. (YAZBEK, 2014, p. 693)

Ressaltamos que durante a nossa prática profissional em atendimento social, várias famílias que residem em favelas ressaltam que, muitas vezes, seus integrantes são obrigados a omitir o local de moradia, especialmente, quando saem em busca de trabalho. Desse modo, essa desigualdade produzida na sociedade capitalista pela divisão do trabalho amplia as dificuldades aos sujeitos mais pobres.

As pessoas que vivem em favelas acabam por não ter as mesmas oportunidades de inserção nos empregos formais e até nos informais, dependendo do tipo de trabalho. Naiff e Naiff (2005) ressaltam que “[...] o pobre, o negro, o morador de favela e a própria favela em si ficam no imaginário da sociedade como os legítimos representantes da violência e tudo o que ela significa”. Os resultados da carga de preconceito direcionada a esses sujeitos são a baixa autoestima e a baixa autoconfiança, além disso, seus direitos são violados, o que tornam mais difíceis o processo de mudança, ou seja, a transformação do olhar desses em relação aos seus limites de igualdade e de liberdade e a potencialidade de cada um em relação a defesa de direitos e o desenvolvimento do protagonismo social.

No que diz respeito às práticas intersetoriais da Assistente Social no atendimento das demandas, nas mais diversas áreas, como afirma Iamamoto (2004, p. 69), “a assistente social é, neste sentido, uma intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade”, já ressaltado anteriormente, incluindo a área da segurança alimentar. A categoria nos instiga a questionar nossas intervenções nesse cenário de guerra.

6.2 A fome enquanto presença constante na casa das usuárias

Alessandra é uma mulher jovem, de 48 anos, mas aparenta ter vinte a mais. Talvez pela vida dura e sofrida desde muito jovem. Aos 22 anos, teve boa parte do seu corpo queimado devido a um incêndio na sua residência — incitado pela ex-mulher de seu companheiro. No momento, já tinha seus dois filhos. Com a voz embargada, me contou sobre o uso abusivo de drogas e as reverberações ainda presentes em sua vida, na conta do vício. Não pôde olhar muito firme nos meus olhos, somente quando a nossa fala entrelaçava em algum sentimento dolorido: os armários vazios, sempre vazios, de sua casa; o fogão à lenha, que não cozinha carne há mais de 5 meses; no banheiro, que a casa não possui... Quando precisam, utilizam o banheiro com chuveiro e vaso sanitário do filho de Alessandra, que mora poucas casas adiante na mesma rua. Tem um chalé de duas peças, onde reside com seu neto de 10 anos, de quem tem guarda legal — a mãe está em situação de rua e de abuso de álcool e drogas e o pai, filho de Alessandra, aprisionado. Tem um “fogãozinho de uma boca”, em suas palavras, à lenha, onde costuma cozinhar miojo, salsicha e ovo. Legumes relata ser muito difícil: é muito caro.

Ao avaliarmos a evolução do consumo efetivo de alimentos ultraprocessados, observamos um aumento significativo de 5,5% no consumo desses alimentos de 2008-2009 a 2017-2018. Mas essa tendência variou de forma significativa segundo estratos socioeconômicos e demográficos. É possível notar que mulheres consomem mais alimentos ultraprocessados que homens (cerca de 20% das calorias de mulheres contra 18% em homens); contudo, a taxa de aumento entre os homens é cerca de três vezes maior que entre as mulheres. No quesito faixa etária, os aumentos foram similares entre idades; entretanto, os adolescentes estão em um patamar muito superior de consumo: em torno de 27% do total das calorias que consomem provêm de alimentos ultraprocessados, contra apenas 15% entre os idosos. Em termos de raça/cor da pele, pessoas brancas apresentaram uma estagnação, sem aumento significativo no consumo; pessoas negras aumentaram o consumo de alimentos ultraprocessados, em 2% no período - acima da média geral de alta, 1%. Também preocupa o consumo de alimentos ultraprocessados por povos indígenas, que aumentou significativamente (de 14,79% para 20,75% do total de calorias). (LEVY et al, 2022, p. 79)

Durante toda a pandemia pegou marmitas ofertadas pelos movimentos sociais de solidariedade ativa da cidade, trazendo em um dos momentos uma frase que me marcou muito. Quando disse: “lá na vila ninguém passa fome, porque quando não tem em casa, a gente sai e busca marmita em algum lugar (relatou alguns)” e isso me deixou pensando sobre como as iniciativas organizadas, como as cozinhas solidárias

foram um instrumento essencial para a sobrevivência de vários grupos da sociedade, inclusive dos que puderam dialogar com essa pesquisa.

Nesse sentido, dentre as diferentes experiências construídas em meio à pandemia, os movimentos sociais assumiram o papel de buscar estratégias de manutenção da vida, invocando a solidariedade de voluntários e doadores estabelecendo vínculo com a classe trabalhadora, buscando saciar a fome e combater suas causas estruturais, denunciando que, enquanto uns passam fome, outros aumentam consideravelmente a sua fortuna. A organização das cozinhas comunitárias é essencial, pois busca dar respostas concretas às necessidades e aos territórios negligenciados pelo Estado, denunciando a ausência de políticas públicas/sociais voltadas para garantir as necessidades básicas e imediatas da população (BRITO e OLIVEIRA, 2021, p. 1592).

As famílias que vivem na periferia das grandes cidades, particularmente, os locais que carecem de infraestrutura e serviços públicos básicos, são as que notoriamente mais ressentem as marcas das desigualdades estruturais da organização social e dessa forma sentem os reflexos do agravamento de sua condição social. Essas famílias, segundo Guimarães (2011, p. 95) [...] “tendem a desenvolver estratégias e formas de participação que podem preencher (precariedade) a ausência daquelas estruturas institucionais, inclusive dos equipamentos urbanos [...] – indicadores de sua qualidade de vida”. A violência urbana ronda sua porta, sempre na espreita, aguardando para explorar alguma fragilidade.

Podemos afirmar, com certeza, que Alessandra vive uma situação de insegurança alimentar grave. Como garantir sobrevivência? Será que amanhã a família terá alimento em quantidade e qualidade suficiente para o consumo de todos?

Carolina Maria de Jesus, autora de Quarto de despejo - diário de uma favelada, foi uma escritora que nos deu cor à fome, que dedicou sua vida e história a narrar a realidade social, cultural e principalmente política do Brasil, da década de 50 e foi a minha principal inspiração para questionar o tema. Sua escrita, tão visceral e tão íntima, nos exemplifica como a fome é um personagem muito presente no cotidiano da favela e principalmente da mulher negra. Apesar da simplicidade de sua produção, seu conteúdo é penetrante e suas palavras ecoam. A realidade da mulher, negra, mãe e brasileira grita entre as páginas.

24 de Julho: como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome. Os meninos ganharam uns pães duro, mas estava recheiado com pernas de barata. (JESUS, 1960, p. 91)

12 de Outubro: [...] Já faz tanto tempo que estou no mundo que estou enjoando de viver. Também, com a fome que eu passo quem é que pode viver contente? (JESUS, 1960, p. 110).

11 de dezembro: comecei a queixar para a Dona Maria das Coelhas que o que eu ganho não dá para tratar os meus filhos. Eles não tem roupas nem o que calçar. E eu não paro um minuto. Cato tudo que se pode vender e a miséria continua firme ao meu lado. Ela disse-me que já está com nojo da vida. Ouvi seus lamentos em silêncio. E disse-lhe: - Nós já estamos predestinados a morrer de fome! (JESUS, 1960, p. 126)

A posição de Carolina nos faz refletir como a fome ganha cor e corpo na vida da autora e de seus filhos. Conforme a autora nos insere na sua rotina, percebemos que a única certeza que se tem, todo dia ao acordar, é que se precisa buscar (e buscar muito) “gêneros alimentícios”, como ela categoriza majestosamente. Pensamos que existe uma necessidade muito grande de falar sobre as doenças mentais advindas da pobreza e das altas taxas de suicídio das populações que sofrem processos de vulnerabilização. Foram divulgados estudos da Fiocruz analisando as taxas de aumento de suicídio no ano de 2020, endossando a ideia que se defende aqui de que populações pobres estão exponencialmente mais expostas a situações de risco.

Carolina viveu em São Paulo da década de 50, Alessandra vive em Pelotas em 2022, também vive num quarto de despejo e as tentativas de suicídio foram várias.

Maria foi a segunda pessoa a conversar comigo. Tímida, vive uma situação bem delicada. Mora em ambiente urbano, casa própria, adquirida pelo programa Minha Casa Minha Vida, quando ainda trabalhava — formalmente ou informalmente. Também uma mulher jovem: 43 anos. Trabalha informalmente com faxinas, mas reclama que, durante e após a pandemia, reduziu muito a procura e oferta para seus serviços. Não conseguiu nenhum auxílio governamental durante a pandemia devido às inconstâncias postas pelo governo federal e à plataforma de acesso ao Auxílio Emergencial. Então, sua renda gira em menos de R\$500,00 ao mês. Não frequenta o Restaurante Popular, pois o valor de quatro reais é muito alto (com esse valor, é mais fácil comer massa com molho). Vive com ela sua afilhada de doze anos, mas não me contou sobre como a criança veio parar sob sua responsabilidade. Possui duas galinhas, de onde tiram a maioria das proteínas: os ovos. Ela, enquanto adulta, não janta com frequência — crianças são imprevisíveis, pode dar fome “mais tarde” e ela não ter o que ofertar. Durante a pandemia, perdeu sua irmã que residia em Santa

Catarina para o vírus e ela, de forma distante, contribuía financeiramente. Novamente me deparei com o vazio dos olhos tristes, que vagam sabe-se lá para onde, mas sabe-se que não aterraram em prosperidades.

[...] Quando fui pegar água, contei para D. Angelina que eu havia sonhado que tinha comprado um terreno muito bonito. Mas eu não queria ir residir lá porque era litoral e eu tinha medo dos filhos cair no mar.

Ela disse-me que só mesmo no sonho é que podemos comprar terrenos. No sonho eu via as palmeiras inclinando-se para o mar. Que bonito! A coisa mais linda é o sonho.

Achei graça nas palavras de D. Angelina, que disse-me a verdade. **O povo brasileiro só é feliz quando está dormindo.** (JESUS, 1960, p. 120)

Vanessa é uma mulher jovem com menos de trinta anos, natural do continente Africano. Mora em ambiente urbano que divide com amigas também imigrantes e é usuária do CRAS há, aproximadamente, um mês. Já morou em outras cidades do Brasil, mas reclama que em Pelotas “é tudo mais difícil, mais caro, menos acessível”. Foi uma conversa breve, me disse que tinha outros compromissos e estava com dificuldade na comunicação. Disse viver com uma renda entre R\$300,00 e R\$400,00, nos meses tidos como “bons financeiramente”, pois, em geral, o valor chega a ser menor ainda. Não possui nenhum auxílio governamental e nenhum emprego fixo. Atualmente é estudante da UFPel.

Carla, a última entrevistada, rendeu momentos emocionantes. Com 44 anos, mora numa casa cedida pelo antigo patrão — antigo, pois ele faleceu de Covid. Encontra-se num grande conflito em relação à essa moradia, pois a família do falecido proprietário solicita a desocupação para que o imóvel seja vendido. Mora com os dois filhos, de 19 e 17 anos. Nunca conseguiu um emprego fixo, por possuir condições limitantes de saúde — exemplificou a asma —, assim, nunca efetivou um contrato empregatício. Sua renda assenta-se no auxílio, que não é suficiente para a família. Na data da entrevista haviam cortado a água de sua residência por falta de pagamento e disse que a energia também estava “por cortar” pelo mesmo motivo.

Essa desigualdade se manifesta na quantidade e variedade de alimentos adquiridos pelas famílias para consumo nos domicílios. Quando comparadas às aquisições dos mais importantes alimentos ou grupos de alimentos, é possível identificar que os domicílios mais pobres contam com uma disponibilidade de alimentos muito inferior e menos variada que os domicílios mais ricos.

A alimentação é uma preocupação diária. Nunca jantam. A comida feita na casa, segundo ela, é arroz puro. Frequentam o Restaurante Popular na condição de beneficiários, ou seja, não precisam pagar pela refeição. Vão mesmo nos dias de muita chuva, pois é a única certeza alimentar da família. Carla disse que precisou sim utilizar de maneiras que lhe causassem vergonha para conseguir se alimentar e alimentar os filhos, em determinado momento. Não quis detalhar e saiu bastante comovida do nosso encontro, mas agradeceu a troca obtida. Apenas Carolina traduziria o que eu gostaria de exemplificar, quando diz que

Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: será que Deus esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo? (JESUS, 1960, p. 153)

Denunciamos em forma de texto a desumanização vivida pelas famílias em situação de extrema vulnerabilidade no Brasil, exemplificada pelas quatro falas que vos trago para fomentar a discussão. A situação encontrada no CRAS Centro e comprovada na fala dessas mulheres é de situação de insegurança alimentar grave, situações de fome extrema. A vida dessas famílias não encontra dignidade ou dignização por parte do Estado, são vidas dizimáveis, são números na contagem populacional.

Para nós, não são. São famílias, gente latente de vida e que merece dignidade. Não merece morrer de fome, não merece as agruras da fome no esqueleto. Vi olhos vazios, respondendo-me que não teriam o que jantar, após conversarem comigo. Tive que concordar quando ouvi que “é melhor comer o miojo, que não é tão nutritivo assim, que dormir com a barriga ardendo de fome” e tremi. Fiz contas de cabeça tentando pensar nas possibilidades de sobrevivência existentes em cada uma de suas conjunturas, e não encontramos juntas saídas possíveis.

A assistência social com o SUAS se identifica com os direitos sociais, porque esses têm como premissa a equidade e a justiça social e exigem ações positivas e intervencionistas do Estado como principal provedor na garantia de direitos. Portanto, como já dissemos, o SUAS ainda é um caminho a ser percorrido, cujo destino é o protagonismo dos seus usuários, o que significa aquisição da autonomia. Percebemos que é difícil para os indivíduos inseridos nos serviços socioassistenciais falarem de assistência social como política que pode ser discutida, melhorada e fiscalizada.

A direção pela qual se orientam é a de que os serviços e as ações focadas para o seu atendimento são guiados pela improvisação, sentimentalismo e ações benemerentes não possibilitam a oportunidade de diálogo com a população usuária. A participação dos usuários na discussão, reformulação e fiscalização dos serviços socioassistenciais poderia contribuir para que esses fossem melhor direcionados atendendo de forma mais eficaz essa população.

A formação cultural da sociedade brasileira é de cunho conservador, ainda há forte distribuição desigual de renda e de riqueza e a responsabilização por parte do Estado, às instituições sociais pela condução da política de assistência social. Nesse sentido, fica evidente a concepção neoliberal sobre a fome nesse tipo de discurso e materializada nas políticas criadas sob a liderança de Bolsonaro, que sistematicamente descarta propostas oriundas de um longo processo de acúmulo de conhecimento e lutas coletivas em defesa da garantia do direito à alimentação adequada, entendido não apenas em relação à quantidade e qualidade da alimentação, como também ao respeito à dignidade e soberania.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância acadêmica dessa pesquisa consiste no desvelamento dos princípios que regem as ações profissionais diárias, ancoradas na recente Política de Assistência Social brasileira, no âmbito de suas trabalhadoras, reforçando a perspectiva crítico-histórica da formação do Serviço Social nos campos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo. Assim, justifica-se como um estudo que contribui para a formação de profissionais comprometidas com o seu projeto profissional vinculado ao projeto de emancipação da sociedade para além da exploração e contradições do sistema capitalista.

Problematizar os paradigmas sociais é fundamental na atuação diária e planejada, nos mais variados cenários sociais. O Brasil tem 212,6 milhões de habitantes, 125,2 milhões são condenados à precariedade, mais da metade da população brasileira. Não se trata apenas de alimentação digna, se trata também de saúde pública e desenvolvimento humano. É preciso defender a segurança alimentar, exigindo a manutenção dos empregos e uma política de renda mínima.

Não consideramos justa a possibilidade de que alguns tenham poder e controle sobre a vida de outros. Não consideramos justo que essa quantidade absurda de pessoas passando fome, com índices já trazidos anteriormente, estejam a viver essas agonias. Não consideramos viável que o maior país da América Latina não seja capaz de garantir a possibilidade de uma alimentação diária ao seu povo. Não consideramos justa a necropolítica como normalidade. Não consideramos justo que muitas mulheres ainda se identifiquem com Carolina Maria de Jesus, mesmo que suas dores tenham sido expostas há décadas atrás. Não consideramos justa a invisibilidade às denúncias de Josué, que nos caracterizou em detalhes o problema, há mais de 70 anos. Não consideramos justa, enquanto categoria profissional, a negação da fome no cotidiano do nosso país.

Defendemos, portanto, a importância de nossas palavras e de nossa atenção voltadas ao problema proposto: a fome servida à mesa da população brasileira. O Serviço Social se importa com essa causa e se responsabiliza profissionalmente à busca da integridade vital desses seres humanos, da dignidade de suas vidas, a humanização de suas relações e a viabilidade de suas vozes serem ouvidas e seus problemas, de fato, atendidos.

A fome não é só um dado numérico, é uma realidade que precisa ser encarada com seriedade e seu enfrentamento depende da articulação e implementação de políticas públicas. Cremos que os exemplos citados e as discussões feitas são suficientes para nos darmos conta de que o fenômeno da fome está diretamente ligado à questão da pobreza e só se resolverá quando se instaurar políticas públicas capazes de suprimir a financeirização plena alimentar, para todos os cidadãos brasileiros, independente de qualquer questão. Existem incontáveis interesses criados para que nada se resolva, para que não se compreenda a totalidade da questão. A pobreza não está ligada somente à falta de emprego ou subemprego, mas tem a ver com as más condições de saúde que agravam os déficits alimentares, com a educação insuficiente, com a falta de iniciativa e de força física.

Ainda assim, como desvelado neste trabalho, existem os que não comem o mínimo necessário porque não podem e outros que comem demais porque têm poder, isso mesmo acentua o desequilíbrio. Como diria Carolina Maria de Jesus em uma de suas falas mais conhecidas, “uns não dormem porque têm fome, outros não dormem porque têm medo dos que têm fome”. Portanto, enquanto não se tomar uma decisão política acerca da fome, muito mais cresce a economia e empregos, a fome perdurará e se agravará nos países Latino-Americanos. A grave situação de pobreza na América Latina é, sobretudo, um problema rural, embora seja mais visível — e midiático — nas grandes cidades.

Observamos que as mulheres, sobretudo as negras, foram as mais atingidas. Se por um lado essa situação indica uma permanência histórica de invisibilização e subalternização imposta às mulheres negras na sociedade brasileira, por outro, se coloca como uma experiência de descolonização e como novas formas sociais e políticas de pensar o mundo e produzir respostas aos problemas postos no cotidiano. É a partir das mulheres negras que entenderemos como alimentar nossas famílias, nossas favelas, nossas redes de apoio e afeto.

A realização de estudos como este podem ser ferramentas de diagnóstico social, possibilitando a compreensão da situação de (in)segurança alimentar da população estudada. Além disso, pesquisas como esta podem auxiliar na construção de estratégias, ações e políticas públicas de agricultura urbana que sejam promotoras da segurança alimentar.

A alta prevalência de insegurança encontrada nas famílias beneficiárias de programas de transferência condicionada de renda, tal como neste estudo e nos demais apresentados, indicam que elas constituem grupo de risco às dimensões que abarcam a insegurança alimentar e nutricional no Brasil. Fazem-se necessários avanços quanto à integração de políticas sociais mais abrangentes às famílias beneficiárias, como, por exemplo, políticas habitacionais e de educação. Ressalta-se a importância da realização de estudos que avaliem a segurança alimentar, utilizando outras metodologias complementares à EBIA, relacionando-a com estratégias de acesso ao alimento, como práticas de agricultura urbana.

Destaca-se, ainda, como sugestão, as políticas e as ações relacionadas ao incentivo de práticas agrícolas nos espaços urbanos, tendo em vista que essas práticas podem ser importantes ferramentas no auxílio à promoção da segurança alimentar, sobretudo de famílias em vulnerabilidade social, cujo risco aos determinantes da insegurança alimentar é uma constante. Buscar a fundamentação e a inspiração da agricultura familiar, que em sua mais pura essência consiste em alimentar de maneira saudável e soberana a família que vive e cuida da terra.

Seguimos afirmando que a agricultura familiar e camponesa é o alicerce para a soberania alimentar de uma nação. Por isso lutamos no campo e na cidade pela defesa dos territórios indígenas, quilombolas, camponeses, pesqueiros, pela construção de políticas que contemplem desde a produção ao consumo. Rechaçamos a expansão agrícola e mineral que avança sobre áreas de produção de alimentos e sobre as florestas e biomas.

Considera-se que o enfrentamento da questão social, em nossos dias, contribui para a explicitação dos diferentes processos que fragilizam, estigmatizam e retiram as possibilidades de um grande contingente populacional, impedindo-lhe o acesso a recursos, ou seja, aos meios de subsistência indispensáveis à sua manutenção e reprodução. Consideramos que o processo de implementação de políticas públicas para este segmento pressupõe a apropriação dessa política por parte dos usuários, com a promoção de espaços de interação e a escuta que permitam conhecer as opiniões e as expectativas desta população, quanto à execução/eficácia das políticas implementadas.

Somente a assistência social não é capaz de enfrentar e resolver os problemas sociais no Brasil. É uma falácia pensar que uma única política pública possa dar conta da imensa gama dos problemas. Conquanto, alguns deles, como o desemprego e a moradia, terem sido incorporados à Assistência Social, que através dos programas sociais tem dado uma alternativa paliativa para tais questões. Por isso é importante estabelecer um debate sobre a proteção social no âmbito da seguridade social, envolvendo as políticas públicas, sem colocar na assistência social a responsabilidade de, isoladamente, realizar a proteção social. Somente um Estado forte, com políticas sociais consistentes é capaz de responder corretamente ao tema da fome.

Por outro lado, enquanto as condições de trabalho do Serviço Social forem em direção ao assistencialismo e não à autonomia, seguiremos adoecendo, pois não há saúde mental que resista à incapacidade de resolução de demandas. Repetimos, sem medo da redundância, é preciso fortalecer as Políticas de Assistência Social. É preciso que tenhamos autonomia de trabalho, para que possamos fazer melhores encaminhamentos nas instituições sociais, responsáveis pela garantia dos direitos sociais. A Assistente Social precisa de políticas públicas funcionais, caso contrário, se torna apenas resolutória de burocracias do serviço.

O SUAS, como já foi dito, ainda é uma realidade a ser construída e a sua consolidação como política pública, responsabilidade do Estado e direito do cidadão aponta desafios a serem enfrentados por todos os envolvidos com a construção desse sistema, pois concretizar direitos sociais é também responsabilizar o Estado a prestar à população um conjunto de serviços e benefícios disponibilizados como direitos, em resposta às suas necessidades sociais, no sentido de, essencialmente, garantir a qualidade de vida e a participação cidadã dessa população socialmente constituída. Por fim, acreditamos que é necessário desvencilharmos de certos condicionamentos impostos pela realidade e não duvidar da potencialidade do SUAS, que está em construção e exige muito esforço para mudança com a possibilidade de efetivar os direitos e com a proposta de combater injustiças e desigualdades propiciando como uma de suas principais mediações o processo de democratização das relações entre o Estado e a sociedade.

Lutar por garantias alimentares é lutar pela vida, a cidadania dos sujeitos e grupos sociais. De modo a concluir a minha fala, destacamos a importância da

pesquisa social em Pelotas. Precisamos questionar sobre o serviço prestado à nossa população, precisamos, enquanto profissionais formados e qualificados, mas acima de tudo, críticos, conseguir abarcar nosso conhecimento proveniente da Universidade, mas, principalmente, conseguir colocá-lo em prática no dia a dia do nosso trabalho.

8. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRANDH. **Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, 2010. Disponível em: https://www.redsanclp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf

AUGUSTO COSTA, César; OLIVEIRA, Elora. Justiça ambiental e lutas sociais: notas críticas à luz do serviço social. **Caribeña de Ciencias Sociales**, n. junio, 2020.

ALMEIDA, Marina Corrêa. A cultura legal emergente latino-americana: o pluralismo jurídico rompendo os laços imperialistas no direito. **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 1, n. 1, 2011.

ALVES, Giovanni. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem que trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. *In*: ALVES, Giovanni; VIZZACARO-AMARAL, André Luís; MOTA, Daniel Pestana (Orgs). **Trabalho e Saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI.** São Paulo: LTr, 2011. p. 39-55.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** Boitempo editorial, 2015.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo, Niterói**, v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020.

ACHING, Gerard. On colonial modernity: Civilization versus sovereignty in Cuba, c. 1840. *In*: **International Relations and Non-Western Thought.** Routledge, 2010. p. 45-62.

AZEVEDO, MARTA MARIA et al. Estudo do Conceito e Percepção de Segurança Alimentar e Nutricional entre os guarani no Estado de São Paulo. **Mendes RT, Vilarta R, Gutierrez GL, organizadores. Qualidade de vida e cultura alimentar. Campinas: Ipês Editorial**, p. 167-76, 2009.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. *In*: ANDRADE, Manuel Correia de et al. **Josué de Castro e o Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?.** 2010.

BRASIL, Oxfam. **Brasil descumpre a maioria das recomendações da ONU para reduzir pobreza e desigualdades.** Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/brasil-descumpre-recomendacoes-pobreza-e-desigualdades/>.

BRASIL, Oxfam. **O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto.** 2020.

CAMPELLO, Tereza et al. Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro. 2022.

CASTEL, Robert. **As Transformações da Questão Social** (pg. 235-264). In: Bógus, Lucia; Yazbek, Maria Carmelita; Before-Wanderley, Mariangela (orgs.). *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo, EDUC, 2000. (on line)

CASTRO, JOSUÉ DE. **Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço?** Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CASTRO, Josué de. **Documentários do nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

CASTRO, Josué de. **Ensaio de geografia humana**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

CASTRO, Josué de. **Fome, tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 137

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

CATAIA, Márcio. Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, 2020.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. **Serviço Social & Sociedade**, p. 290-307, 2019.

CLARKE, John Henrik. **Christopher Columbus and the Afrikan holocaust: Slavery and the rise of European capitalism**. Brooklyn, NY: A & B Books, 1992.

DA CRUZ, Samyra Rodrigues; NUNES, Elizangela Assunção. A FOME: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

DA FOME À SOBERANIA ALIMENTAR: A AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA DE UM OUTRO MODO DE EXISTÊNCIA. In: VIII Seminário de Políticas Sociais no Mercosul (Novas) Demandas e (Novos) Desafios em Tempos de Pandemia. 2022, Pelotas. Anais. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2022/03/VIII-SEPOME-ANAIS.pdf>.

DIEESE. Boletim de conjuntura - **Número 29** – Junho/Julho de 2021, disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html> > acesso em 22 de agosto de 2021.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. **Revista de Cultura Teológica**, n. 4, p. 69-81, 1993.

FAO. **Les victimes de la faim plus nombreuses que jamais**. Roma: FAO, 2009.

FAMILIA, Bolsa. Cadastro único. **Site oficial do governo**, 2010.

FEDERAL, Senado. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988.

FONTANA, Cleder. **Uma cartografia da fome no Brasil: um estudo da geografia da fome (1946), de Josué de Castro, e dos dados de insegurança alimentar da PNAD (2004)**. 2009. Dissertação de Mestrado.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia del oprimido**. Siglo xxi, 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Cortez Editora, 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel Gerhardt; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. 2ª ed. **Contexto**. São Paulo, 2006. 119

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Editora Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Edições Loyola, 2000.

HARVEY, David. O Direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HIRAI, Wanda Griep; DOS ANJOS, Flávio Sacco. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 6, n. 2, p. 335-353, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, v. 2, n. 3, p. 09-32, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: **Atlas**, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. 3 reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez. A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano. **CIMADAMORE, Alberto e CATTANI, Antonio. Produção de pobreza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso**, 2007.

LEVY, Renata Bertazzi et al. Evolução dos padrões alimentares na população brasileira e implicações do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde e no meio ambiente. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**, 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 127-167, 2007.

MARIA, C.A.; GOMES, F.E.; SILVA, R.S.C.D. **Guia de Segurança Alimentar e Nutricional**. São Paulo: Editora Manole, 2015.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. Ed – Petrópolis: Vozes, 2014.

MARICATO, Ermínia; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade. **RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2007.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Ed. Bertrand Brasil, 1988b, VOL.III, T.2.

MARX, K. **O Capital** – Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. vol. 2.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002

MENDONÇA, Heloísa. Salário mínimo: “Toda semana os produtos ficam mais caros e corto a lista”: viver com o pior salário mínimo em 15 anos. **El País**: São Paulo, 2021.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Serviço Social e Saúde–: desafios intelectuais e operativos. **Ser Social**, v. 11, n. 25, p. 221-243, 2009.

MINAYO, M. C. S. DESLANDES, S,F. GOMES, R. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28ª edição, Petrópolis: Vozes, 2009.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, n. 14, 1983.

MONTEIRO, C. A. **A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil**. Estudo vol.9 no.24 São Paulo May/Aug. 1995.

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. **Configurações. Revista Ciências Sociais**, n. 10, p. 29-41, 2012.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. LOAS - Lei Orgânica De Assistência Social Anotada. Dição: ASCOM - Assessoria de Comunicação. Brasília, DF. 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasA_notada.pdf.

NAIFF, L. A. M.; NAIFF, D. G. M. A Favela e Seus Moradores: culpados ou vítimas? Representações Sociais em Tempos de Violência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 5, n. 12, 2º sem. De 2005, p. 107-119.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. In: **Revista Temporalis**, 2ª. ed. Ano 2, n.3 (Janeiro a Junho de 2001. ABEPSS, Brasília.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3ª Edição. São Paulo: **Cortez**, 1995.

NETTO, José Paulo. **O Capitalismo Monopolista e o Serviço Social**. São Paulo: **Cortez**, 1992.

NIETZSCHE, F. **A genealogia da moral**. Trad. Paulo César de Sousa. São Paulo.: Companhia das letras, 1998.

ORELLANA, Jesem Douglas Yamall et al. Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. **Cadernos de saúde pública**, v. 37, p. e00259120, 2021.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina:: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Ser Social**, v. 12, n. 26, p. 147-175, 2010.

PEREIRA, Potyara AP. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. **Revista Temporalis**, v. 3, p. 51-62, 2001.

PENSSAN, Rede. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 06/10/2021.

PENSSAN, Rede. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

POCHMANN, Márcio. O Brasil naufraga e os super-ricos tocam flauta. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/o-brasil-naufraga-e-os-super-ricos-tocam-flauta/> Acesso em 27/09/2021.

QUIJANO, Anibal. The return of the future and questions about knowledge. **Current Sociology**, v. 50, n. 1, p. 75-87, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos avançados**, v. 19, p. 9-31, 2005.

RIBEIRO, Cristine Jaques; AVILA, Jessica Silva de; MARQUES, Francine. **Da Segurança à Soberania Alimentar**: problematizando as políticas de combate à fome. Disponível em <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1673>.

ROLNIK, Raquel. **Nosso grande problema não é o déficit de moradia, mas sim o déficit de cidade.** Sul21, 20 jun. 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2016/06/nosso-grande-problema-nao-e-o-deficit-de-moradia-mas-sim-o-deficit-de-cidade/>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, p. 71-94, 2007

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 1 ed. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1993.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Editora Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Estado e Política Social na América Latina: as tendências da Previdência Social.** 2015.

SILVA, Silvana Oliveira da et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, p. e00255621, 2022.

SOCIAL, Conselho Federal De Serviço. Código de ética do/a assistente social. **Lei**, v. 8, p. 93, 1993.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. Revista Katál. Florianópolis, n.1, v. 12, p. 41-49 jan./jun. 2009. STEDILE, João Pedro. CARVALHO, Horacio Martins de. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos.** América Latina em Movimento, 2011.

STEDILE, J.P; CARVALHO, H.M de. Soberania Alimentar. In: CALDARTE, R.S. et al.(Org.). **Dicionário de Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. VELLEDA, Luciano. FOME NO RS É MAIOR NAS REGIÕES DE GRANDES LATIFÚNDIOS, DIZ PESQUISADORA DA UFRGS. **SUL 21.** Porto Alegre: janeiro de 2021. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/01/fome-no-rs-e-maior-nas-regioes-de-grandes-latifundios-diz-pesquisadora-da-ufrgs/>. Acesso em: 06/10/2021.

YAZBEK, María Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. 2001. **Revista Temporalis:** Brasília. Ano 2, n. 3 (jan-jul.2001).

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, p. 288-322, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 677-693, 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata et al. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009

TODA FOME É UMA DECISÃO POLÍTICA. In: VIII Seminário de Políticas Sociais no Mercosul (Novas) Demandas e (Novos) Desafios em Tempos de Pandemia. 2022, Pelotas. Anais. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2022/03/VIII-SEPOME-ANAIS.pdf>.

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária.** Coleção Teoria e História 6. São Paulo. Livraria e Editora Polis Ltda. 1980.

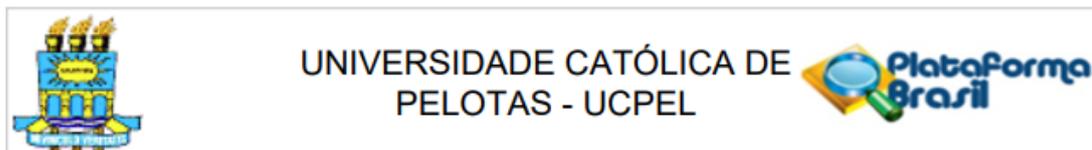
TRINDADE, Thiago Aparecido. **Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade.** Lua Nova, São Paulo, 87: 139-165, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

VÍA CAMPESINA. Soberanía alimentaria un futuro sin hambre. In: **FÓRUM DE ONG PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA**, 1996, Roma. Declaración dirigida a la Cumbre Mundial de la Alimentación. Roma, Itália, 1996. Disponível em: Acesso em: 12 agosto 2017

ANEXOS

Anexo I



Continuação do Parecer: 5.695.508

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14:45:44	OLIVEIRA	Aceito
Outros	apresentacao.pdf	08/09/2022 15:43:21	ELORA OLIVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	roteiro_de_questoes.pdf	06/09/2022 15:07:56	ELORA OLIVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Orçamento	recursos.pdf	06/09/2022 15:06:35	ELORA OLIVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	12/08/2022 10:06:32	ELORA OLIVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_QUALIFICACAO_ELORA.pdf	10/08/2022 14:44:19	ELORA OLIVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de concordância	DOC_CRAS.pdf	10/08/2022 14:41:55	ELORA OLIVEIRA DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PELOTAS, 10 de Outubro de 2022

Assinado por:
Luciana de Avila Quevedo
(Coordenador(a))

Anexo II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) Senhor (a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa intitulada “INSEGURANÇA ALIMENTAR E SERVIÇO SOCIAL: ALCANCES E DESAFIOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NA GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA”, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), a ser orientado pela Prof.^a Dr.^a Cristine Jaques Ribeiro e realizado pela assistente social e mestranda Elora Oliveira de Oliveira.

O objetivo da pesquisa é “Entender como o Serviço Social se coloca enquanto profissão interventiva diante da insegurança alimentar possivelmente vivida pelos usuários do CRAS Centro da cidade de Pelotas”.

Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: será aplicado um questionário a ser respondido como forma de entrevista. Antes da aplicação, será lido e devidamente explicado o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que confirmará sua aceitação em colaborar com a pesquisa.

Gostaríamos de lembrar que sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, não será utilizado nenhum registro com fotos ou gravações, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Os questionários que forem respondidos serão devidamente arquivados após a tabulação dos dados. Lembramos ainda, que o (a) senhor (a) não pagará e nem será remunerado (a) por sua participação.

Os benefícios esperados com sua aceitação em responder o questionário de entrevista serão: compreender a atuação profissional do assistente social em sua atuação no campo da segurança alimentar e nutricional, especificamente no CRAS

Centro que acolhe tal demanda, para aprimorar o conhecimento quanto ao papel do Serviço Social nessa área.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao (à) senhor (a).

Pelotas, 05 de outubro de 2022.

Pesquisador Responsável

Eu, ELORA OLIVEIRA DE OLIVEIRA, declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo de pesquisa supra nominado.

Assinatura do Pesquisador Responsável



Data: 05/10/2022

Eu, _____ (NOME POR EXTENSO DO SUJEITO DE PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os objetivos e procedimentos, concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela aluna de Mestrado em Política Social e Direitos Humanos, Elora Oliveira de Oliveira.

Assinatura _____ e carimbo:_____.

Data:_____

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme dados pessoais abaixo:

Nome: Elora Oliveira de Oliveira

Celular pessoal: (53) 984859661 (whatsapp)

Endereço: Rua Almirante Barroso, 984 ap 403 / CEP: 96010-280

E-mail: elora.oliveira@ucpel.edu.br

Comitê de Ética em Pesquisa - UCPel: cep@ucpel.edu.br

Anexo III: Roteiro de entrevista- Usuárias/os/es

1. Você possui uma residência? Em ambiente rural ou urbano?
2. Quantos cômodos tem o domicílio (incluindo banheiro)?
3. Quantas pessoas moram atualmente nesse domicílio?
4. Primeiramente, gostaria de saber: você é o chefe da família ou um dos responsáveis por este domicílio?
5. Qual é sua ocupação profissional principal hoje?
6. Nos últimos 3 meses, embora não tenha tomado providência para conseguir trabalho formal, gostaria de ter trabalhado e estava disponível para trabalhar?
7. Gostaria de saber, nos últimos 30 dias, qual foi o dinheiro total obtido pelas pessoas que moram na sua casa, proveniente de qualquer tipo de renda (de trabalho com carteira assinada ou não, de pensão, de aposentadorias, de benefícios como o Programa Bolsa Família ou de outros programas de transferência de renda, de seguro desemprego, de doações ou outras formas de renda.
8. Entre janeiro de 2021 até o dia de hoje, algum familiar ou outro morador desta casa morreu com Covid? Se sim, a pessoa contribuía para a renda da casa?
9. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
10. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
11. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?
12. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13. Nas últimas 4 semanas, com que frequência a quantidade de água para beber foi menor do que gostaria para você ou alguém em sua casa?
14. Nos últimos três meses, você ou alguém que mora neste domicílio, frequentou restaurantes populares para fazer refeições?
15. Nos últimos três meses você, ou outra pessoa que mora neste domicílio, precisou fazer alguma coisa que causou vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos?